

AMERIGO VESPUCCI E UM MODERNO CRÍTICO ARGENTINO (*)

Entre os resultados francamente positivos que podem ser creditados à obra realizada pelo saudoso Magnaghi, no campo dos estudos vespuccianos (1), dois, pelo menos, podem agora ser considerados aquisições definitivas: a inversão da tradicional relação entre os dois grupos diferentes de fontes: — o das velhas impressões, e o dos esquecidos manuscritos que, por via de regra, eram considerados apócrifos; — e o respeito com que é preciso considerar a figura do nosso grande navegador. Qualquer nova pesquisa sobre este tema não pode deixar de reforçar o repúdio daqueles métodos pseudo-científicos com os quais, no passado, se julgava possível eliminar a Vespucci do número dos principais protagonisti da época das grandes descobertas geográficas. Isto não impede que a invejosa atitude polêmica mantida ainda por muitos escritores ibéricos com relação a tudo quanto pareça ofuscar o exagerado valor que eles atribuem à contribuição de espanhóis e portugueses ao progresso dos nossos conhecimentos naquele período histórico, continui a manifestar-se com os costumeiros sinais de despeitada obstinação. Mas a este fenômeno é preciso que se dê, agora, a importância que merece: a negação sistemática da ver-

(*) — Texto italiano traduzido por Ilydio Burgos Lopes.

(1). — A obra principal de Magnaghi viu a luz em 1924, com o título: *Amerigo Vespucci. Studio critico, con speciale riguardo ad una nuova valutazione delle fonti e con documenti inediti tratti dal Codice Vaglianti (Riccardino 1910)*. Roma, publicação do "Istituto Cristoforo Colombo", n.º 10, em 2 volumes. A maior parte dos estudiosos estrangeiros, em particular aquêles dos quais se trata, não conhecem nem citam a segunda edição, emendada e aumentada pelo autor, aparecida em Milão (Ed. Treves) em 1926, num só volume (com mapas).

Além desta obra, Magnaghi deu a lume, entre 1925 e 1928, uma série de escritos sobre Vespucci, que é oportuno recordar: *Amerigo Vespucci e Sebastiano Caboto piloti maiores di Spagna secondo un recente libro spagnuolo*, in "Riv. Geogr. Ital." XXXII (1925), 189-206; *Amerigo Vespucci*, in "Riv. Geogr. Ital." XXXVI (1929), 101-124; *Misericordia e amenità intorno ad Amerigo Vespucci*, ibid. XXXIX (1932), 14-26; *Amici... portoghesi di Vespucci*, ibid. XLIII (1936), 73-119; *Una supposta lettera di Amerigo Vespucci sopra il suo terzo viaggio*, in *Boll. Soc. Geogr. Ital.* 7.ª série, II (1937), 589-632; *Ancora a proposito di una supposta lettera di Amerigo Vespucci sopra il suo terzo viaggio*, ibid. III (1938), 685-703; *Amerigo Vespucci scopritore del Brasile*, in "Atti Accad. Scienze di Torino" ser. II, tomo 70 (1941), 103-174. Enfim, mais importante do que todas, a magnífica ilustração de *Il Planisfero del 1523 della Biblioteca del Re in Torino*. La prima carta del Mondo costruita dopo il viaggio di Magellano; unica copia conosciuta di carta generale ad uso dei piloti dell'epoca delle grandi scoperte. Florença, 1929. Sobre este escrito deveremos voltar a falar daqui a pouco.

dade revela-se, no fim, sempre contraproducente, e quando muito causa um inútil desperdício de papel impresso.

Como acontece com outras figuras de navegadores e exploradores italianos daquela época, em particular Colombo, a historiografia vespucciana complica-se com uma problemática que poderíamos chamar retardadora — para os efeitos de tudo quanto é essencial numa reconstrução histórica — já durante a vida de Vespucci, ou pouco depois da sua morte. Mas tóda problemática origina-se de um interesse; e o primeiro interesse suscitado contra Vespucci proveio da acusação, que bem cedo lhe foi feita, de haver buscado arrebatara a Colombo o mérito de ter sido o primeiro a chegar, na suposta viagem de 1497, antes que todos os demais, ao continente americano. A acusação é talvez posta em relação com o processo do Fisco (1508-1527), mediante o qual o governo espanhol tentou, por todos os meios, impugnar os direitos dos herdeiros de Colombo; de qualquer modo, ela se entrelaça e se alonga na outra, não menos tenaz, que imputava ao florentino a responsabilidade de ter tido parte na atribuição do seu próprio nome ao Novo Mundo, desta vez, ainda, com visível prejuízo dos direitos de Colombo (2).

Não se pode dizer que a historiografia dos séculos XVI e XVII tenha dado especial relêvo à reconstrução da grande epopéia dos descobrimentos geográficos; não causa admiração que estas tivessem sido, então, as únicas instâncias de uma crítica ainda na infância. Contudo, é mister reconhecer que se revelaram decisivas para a futura orientação da crítica vespucciana, seja porque pesaram sobre ela, mesmo quando o problema desta prioridade exterior ou precedência se vinha despojando do seu caráter sentimental, seja porque concentraram e mantiveram a atenção dos estudiosos sobre o problema das viagens de Vespucci, as quais, pelo número e pela importância, se aproximam às de Colombo, se mesmo não se lhes contrapõem.

Com o século XVIII as "questões" vespuccianas, agitadas em substância por estudiosos italianos (Bandini, Tiraboschi, Canovai, Bartolozzi, Napione), movem-se sempre em tórno de análogas premissas, mas o interesse das polémicas que delas nascem, mais do que nas suas conclusões, está no fato de que elas tornam conhecido um novo material documentário, cujo significado com relação à tradição não parece fácil determinar. Até então, esta tradição repousava exclusivamente sobre os elementos ministrados pelas fontes impressas contemporâneas de Vespucci, segundo as quais o navegador florentino teria realizado, como Colombo, pelo menos

(2). — A acusação remonta a Las Casas, se não ainda mais longe, e depois foi retomada por Herrera, o que deu vasa às mais acres contumélias contra Vespucci. Mas já Gomara havia dito que, conquanto muitos houvessem tentado fazer obra de detração contra Vespucci, pondo em dúvida até que fôsse êle um verdadeiro explorador, êle cria que o Florentino havia, realmente, navegado muito.

quatro viagens ao Novo Mundo, entre os anos de 1497 e 1504, sendo duas por conta da Espanha e duas a serviço de Portugal. Com as cartas manuscritas extraídas entre 1745 e 1827 dos códices florentinos, tôdas reunidas no notável Códice Ricardiano, 1910, por mão de Piero Vaglianti, as quais nos dão um quadro mui diferente da pessoa e das atividades de Vespucci, em vez de diminuir aumenta, de início, a dificuldade para pôr ordem no emaranhado de erros, contradições, incertezas, equívocos, e incongruências, que caracterizam aquela tradição, e a opõe às mais recentes documentações manuscritas. Tal estado de cousas presta-se quase igualmente bem para legitimar as mais duras acusações de ignorância, de incapacidade e de dobrez, feitas a Vespucci, e também o reconhecimento dos seus altos méritos de explorador e cosmógrafo. Mas esta mesma impossibilidade de atingir uma conciliação que, como era havia muito esperado, sem nada rejeitar da silogia documentária, a unificasse tôda, deu em resultado levantar e discutir, quase ao infinito, uma série de problemas praticamente insolúveis e perenemente renascidos. Por gerações e gerações o sempre vivo esforço da historiografia vespucciana se exauriu na busca de uma conciliação entre dados intrinsecamente contraditórios.

Na primeira metade do século passado começa o período propriamente crítico da historiografia vespucciana, cujos fundamentos podem considerar-se lançados pelo célebre *Examen critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent* (1835-1839) de Alexandre von Humboldt.

Nessa obra, composta de cinco volumes, dos quais os volumes IV e V são inteiramente dedicados a Vespucci, tôda a documentação até então recolhida a respeito do navegador florentino é, pela primeira vez, não só apreciada atenta e agudamente, mas também inscrita no complexo dos eventos históricos que necessariamente a definem e integram (3). Pouco depois, no mesmo período de tem-

(3). — Do famoso *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent au XVe et XVIe siècle* (Paris, 1836-9), em cinco volumes, os dois últimos são inteiramente consagrados a Vespucci. Diante desta obra "não é possível deixar de sentir-se presa da mais forte admiração pela senhoril e calma largueza de vistas, pela doutrina imensa que por tôda parte flui como um rio plácido e poderoso, pelo equilíbrio da crítica sempre elevada e serena: ainda hoje, à distância de vários decênios, a obra de Humboldt aparece-nos como uma daquelas antigas estradas romanas sôbre as quais, embora com alguns desvios, correm as vias modernas. E nela a maior parte dos escritores que depois vieram atingiram, direta ou indiretamente, os elementos melhores que constituem como que a ossatura de qualquer estudo sôbre as fontes de Vespucci, sôbre sua obra e sôbre o caráter dos seus tempos; nem a apaixonada e cavalheiresca defesa de Varnhagen, nem a obra tenaz de Uzielli, ou o sagaz juízo de D'Avezac, nem os trabalhos diligentes e ponderados de Hugues e de muitos outros, têm podido modificar ou melhorar substancialmente os resultados positivos do grande geógrafo alemão. Humboldt fez mais do que todos, mas, naturalmente, depois dêle vieram à luz novos elementos, de modo que, enquanto a sua obra permanece ainda firme e é ainda a fonte principal de informação a que se pode recorrer, várias das suas conclusões não podem deixar de sofrer modificações". MAGNAGHI (A.), A. V. (será sempre citado na segunda edição), 15.

po, e seguindo as pegadas do trabalho de Humboldt, Varnhagen (1854-1857) dá ênfase a uma exigência essencial: a do acerto preliminar da autenticidade das fontes para reconstruir as viagens vespuccianas. Convencido de que somente os relatos impressos publicados enquanto vivia o florentino, e portanto legitimados, de certo modo, pela implícita aprovação, ou, ao menos, pelo silêncio dêle, mereciam plena fé, propôs-se a provar que as cartas manuscritas não podiam ser consideradas dignas de fazer parte do material documentário susceptível de utilização. Entre os dois grupos de fontes êle via, sobretudo, esta diferença: enquanto o primeiro teria representado as terras descobertas ao tempo de Vespucci, e estendidas de Norte a Sul ao ocidente das Antilhas, como um mundo novo, o segundo, ao invés, as teria ainda considerado como a extremidade oriental da Ásia, de acôrdo com o velho conceito colombiano. A inconciliabilidade dos dois grupos de documentos parecia-lhe, pois, mais perentória, porquanto atribuia às relações manuscritas, que êle considerava apócrifas, a responsabilidade maior pelas acusações erradamente feitas a Vespucci (4).

O progresso dos estudos mostrou em seguida que mais de uma das conclusões de Varnhagen não pôde ser mantida. Em particular, êle se havia engenhado em eliminar qualquer dúvida sobre a possibilidade da primeira viagem vespucciana que eu diria tradicional (1497-1498), contra a qual se dirigiam as maiores reservas dos críticos: Segundo Varnhagen, o florentino teria explorado toda a costa continental do Novo Mundo, do Gôlfo de Honduras à Flórida, e dali diretamente até o Estreito de Belle Isle, que separa a Ilha de Terra Nova do Lavrador (51°-52° N!) (5). Mais tarde o mesmo autor modificou notavelmente suas conclusões: o término setentrional da viagem teria sido primeiro a Baía de Chesapeake, na latitude de Lisboa (38° 42'), e em seguida o Cabo Cañaveral, na Flórida (28° 28' N) (6). Não cabe aqui repetir as numerosas argumentações que demonstram o absurdo de tal viagem; mas incertezas dêste gênero são já significativas, e mostram bem a que conclusões contraditórias se presta o uso de fontes como as cartas impressas (7).

À posição nitidamente apologética assumida por Varnhagen para com o navegador florentino se deve, em grande parte, a reação que contra êle se levantou no último quartel do século pas-

(4). — Cfr. VARNHAGEN (A.). — Amerigo Vespucci. Son caractère, ses écrits (même les moins authentiques), sa vie et ses navigations. Lima, 1865. O autor já se havia ocupado de Vespucci antes, e continuou a occupar-se depois, em outros trabalhos; mas neste está reunido o melhor da sua obra.

(5). — Cfr. VARNHAGEN (A.). — Vespucci et son premier voyage, etc., in "Bull. de la Soc. de Géographie de Paris", I (1858), 68 e seg.

(6). — Cfr. VARNHAGEN (A.). — Amerigo Vespucci cit. 98 e seg. Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué dans ses détails. Viena, 1869, 31 e seg.

(7). — A primeira e exaustiva refutação dêste ponto de vista acha-se no artigo de HUGHES (L.). — Alcune considerazioni sul primo viaggio di Amerigo Vespucci in "Boll. R. Soc. Geogr. Ital." 1885, 155 e passim.

sado. Mais, porém, que tal reação, cujo climax é representado pelo mordaz e azedo requisitório de Markam (8), mais importância tiveram, para a evolução daquela historiografia, as conclusões assentadas pela crítica das fontes na vereda aberta por Varnhagen.

Já em 1879, Force era obrigado a reconhecer que as esquisitices e enormidades de que estão cheias as cartas impressas não podem ser explicadas, a não ser admitindo que Vespucci não devia ter tido nelas parte alguma (9); opinião partilhada por Gay, que alguns anos depois mostrava como a redação delas revelava claramente o objetivo fraudulento (10). Mesmo o nosso Hugues, que ainda se tem como substancialmente ligado à "tradição", acabou por convir em que as três cartas manuscritas "nada contêm em si que nos possa induzir a considerá-las apócrifas", embora acrescentasse logo depois "que, sob o duplo aspecto histórico e geográfico, não estão em contradição nem com as outras cartas de Amerigo, nem com as memórias contemporâneas" (11). Apesar de tudo isto, era tal a força da tradição que aquelas cartas não foram insertas na grande *Raccolta Colombiana* ao lado dos documentos impressos, o que se pretendeu justificar com duas premissas que depois se revelaram erradas: as dúvidas levantadas por Varnhagen quanto à procedência, e portanto quanto à autenticidade das próprias cartas, e a consideração, talvez melhor a presunção, de que nenhuma nova luz elas poderiam trazer ao conteúdo documentário das outras duas, publicadas durante a vida de Vespucci.

De qualquer modo, a influência de Varnhagen revelou-se mais profunda do que hoje se diria, a julgar pelos resultados concretos da sua obra. O único que desde então se pode comparar neste sentido a Varnhagen é HARRISSE, estudioso de preparo ainda mais extenso, e que já havia arroteado, em mais pontos, o vasto campo da época dos grandes descobrimentos. No clima agora geralmente favorável a Vespucci, que caracteriza o último quartel do século passado e o começo do seguinte, HARRISSE contribuiu para consolidar a fama do florentino, tirando proveito, de modo particular, da competência específica adquirida pelas suas pesquisas da cartografia da época. Não é fora de propósito recordar que, até então, a contribuição de tais pesquisas para a reconstrução histórica das grandes viagens de exploração marítima tinha sido modesta e esparsa, seja pelo conhecimento imperfeito que se possuía do ma-

(8). — Cfr. MARKHAM (C. R.). — *The letters of Amerigo Vespucci and other documents illustrative of his career*. London, Hakluyt Society, 1894. É sabido que pelo autor deste livro, no qual se recolhe tudo quanto tem prejudicado a fama de Vespucci, o grande navegante florentino é apelidado de *beef contractor*, vendedor de carne.

(9). — Cfr. FORGE (M. F.). — *Some observation on the Letters of Amerigo Vespucci*, in "Compte rendu du Congrès international des Americanistes, Bruxelles 1879", I, Bruxelas, 1880, pp. 277 e seg.

(10). — Cfr. GAY (Sh.). — *Amerigo Vespucci in WINDSOR (J.)*. — *Narrative and critical History of America*, Boston, 1884, II, 129-152.

(11). — Cfr. HUGUES (L.). — *Amerigo Vespucci, Giovanni Verrazzano, J. Bautista genovese* — *Notizie sommarie*, in "Racc. Colombiana" V, 2, Roma, 1894, 39.

terial chegado até nós, seja pela grande dispersão desse material, e a dificuldade de obter reproduções adequadas às exigências de investigações tão complexas (11a).

Em substância, HARRISSE não põe em dúvida a validade das quatro viagens tradicionais; para a primeira, tenta corroborar com novos argumentos de índole cartográfica os pontos de vista de Varnhagen. Contudo, não deixa de ter significação o fato de que na última das suas obras maiores, na ordem cronológica (1900), a persistente ou renovada hostilidade dos críticos a admitir aquela viagem, o tenha constringido a rever seus próprios pontos de vista (12).

Com o vivaz reflorescimento de pesquisas e estudos, ao impulso que na Itália lhes deu a solene celebração do quarto centenário do descobrimento da América, relaciona-se a infatigável obra realizada pelo nosso Uzielli para a solução de quase todos os problemas relativos a Vespucci. Se os resultados por ele obtidos nos parecem hoje modestos; em confronto com o volume do trabalho feito, não deve ser subestimado o que ele fez para ampliar a documentação relativa ao navegador florentino, e sobretudo para dar maior força de persuasão às provas aduzidas em favor da autenticidade das cartas manuscritas (13).

Deixando de lado pesquisas de interesse antes restrito, foi preciso esperar uns bons vinte anos, depois de HARRISSE e Uzielli, para registrar, na historiografia vespucciana, uma nova obra de pulso, a de VIGNAUD, que traz a data de 1917 (14). Como o próprio autor declara, o impulso para escrever essa obra lhe veio da convicção de que "l'histoire devait une réparation à Vespucci" e da esperança de poder oferecer a solução definitiva às intermináveis discussões tecidas em torno da sua figura. Mas, querendo tudo conservar da tradição, e ao mesmo tempo defender a fama do navegador florentino das acusações que mesmo na tradição encontram justificativa, nada conseguiu senão renovar, em forma talvez mais completa, mas de certo não tão persuasiva, a tese sustentada mais de meio século antes por Varnhagen.

-
- (11a). — Cfr. HARRISSE (H.). — *Americus Vesputius. A critical and documentary review of two recent english books concerning that navigator*, Londres, 1895, onde é demonstrada a má fé de Markham; cfr. ainda, em outros passos, e do mesmo HARRISSE; *The Discovery of North America*, Paris, 1892.
- (12). — Cfr. HARRISSE (H.). — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve, etc.*; Londres-Paris, 1900, 7.
- (13). — Cfr. UZIELLI (G.). — *Amerigo Vespucci davanti la critica storica*, in "Atti del III Congresso Geografico Italiano", Florença, 1899. É este o ensaio mais orgânico publicado por Uzielli sobre esse assunto; mas em muitos outros estudos o mesmo autor ocupou-se largamente das questões atinentes ao navegador florentino.
- (14). — Cfr. VIGNAUD (H.). — *Americ Vespuce (1451-1512). Sa bibliographie. Sa vie. Ses découvertes. L'attribution de son nom à l'Amérique. Ses relations authentiques et contestées*. Paris, 1917.

Sòmente em 1924, com o nosso Magnaghi, é que se pôde dizer realizada pela primeira vez, uma solução harmônica dos problemas vespuccianos. Como é notório, êste autor inverteu completamente as bases da tradição, excluindo do conjunto dos documentos, por inquinados de manifestos sinais de manipulação, exatamente aquêles textos impressos que ninguém, até então, havia ousado excluir do número das fontes utilizáveis. Magnaghi considera como únicos e verdadeiros documentos autênticos as três cartas a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici, que permaneceram em manuscrito até a metade do século XVIII, e depois confinadas a uma posição de fato subordinada aos primeiros, se não de todo repudiadas como apócrifas e indignas de figurar no *corpus* das fontes vespuccianas. Esta nova avaliação dos dois grupos de cartas, longe de diminuir, como poderia parecer, a fama do florentino, teve por conseqüência uma reconstrução mais exata e convincente das suas viagens, a sua inserção mais exata no complexo movimento de explorações marítimas que o precederam e que o influenciaram, e por fim um mais alto e sereno reconhecimento dos méritos do grande navegante. Viu-se então que o diminuir da bagagem tradicional, reduzindo de quatro a duas as emprêsas seguramente atribuíveis a Vespucci, não só eliminava de golpe a penosa dúvida que havia impedido o caminho para uma solução global dos problemas vespuccianos, mas também permitia encarar sob aspecto em parte novo, tôda a história da época dos descobrimentos. Tratava-se, no fundo, de aplicar a esta, com a penetração sugerida pelo progressivo refinamento das nossas pesquisas, um cânon crítico extremamente simples: antes de se aproveitar um documento, é necessário apurar e avaliar o seu grau de autenticidade e de atendibilidade. Sem esta operação preliminar não se reconstitui nenhuma espécie de história, sob pena de vê-la constantemente posta em dúvida e contestadas suas eventuais conclusões. Pois bem, por estranho que possa parecer, é fato que do momento em que Magnaghi conseguiu propor, pela primeira vez, uma solução integral do problema das fontes, satisfazendo essa exigência elementar, neste mesmo sentido sua obra pode e deve ser considerada inovadora. Não há dúvida de que, de Humboldt em diante, a historiografia vespucciana tentou estudiosos de primeira plana. Se apesar disto não foi possível, no passado, chegar a uma solução que se pudesse considerar tal, daqueles problemas sempre redivivos; se as discussões continuaram, sempre, em substância, nos mesmos têrmos em que haviam sido formuladas *ab origine*; isto decorreu essencialmente do fato de que a crítica das fontes devia efetuar a sua evolução, antes de poder adequar-se à sua tarefa. Sòmente quando se passou do exame exterior e isolado dos documentos à sua análise comparativa e do seu conteúdo, e se conseguiu perceber todos os elementos que se refletiram na redação das cartas, é que foi possível substituir uma hierarquia fundada, em substância, na autoridade

da tradição — que pode também errar — por outra, imposta pela evidência objetiva de circunstâncias historicamente verificadas e verificáveis.

Naturalmente, a posição estabelecida por Magnaghi é considerada antes como uma nova via aberta a este gênero de investigações, destinada a desenvolvimentos ulteriores não menos interessantes, do que como um pico, que, uma vez atingido, poupará aos pósteros tôda a fadiga. Nenhum ramo do saber se atrofia e se murcha assim. Mas não há dúvida que o novo caminho é certo, e que nele se pode entrar com inteira confiança.

A esta altura podemos perguntar-nos: de 1924 até hoje, nestes já completos dez lustros do nosso século, qual é o balanço dos estudos vespuccianos, e quais as suas mais recentes conclusões?

Prescindindo, é claro, das contribuições menores do mesmo Magnaghi, os três estudos mais importantes nos vêm todos do Novo Mundo. Do primeiro dêles, devido ao norte-americano J. Frederik Pohl (1944), já se disse algures o suficiente para pôr em evidência o seu significado (15). Em substância, o autor nos traça um perfil da vida e das atividades de Vespucci apoiado nas conclusões de Magnaghi, porquanto admite que o florentino tenha realmente feito duas viagens: uma (1499-1500) a serviço da Espanha; outra, a serviço de Portugal (1501-1502), e repele os dados que as fontes impressas referem a outras expedições, ou de todo desconhecidas, ou notórias como estranhas de fato a Vespucci. O tom do livro é e quer ser antes ordenativo e expositivo; do que crítico e criador, destinado, como o é, a um público mais extenso do que o dos especialistas. Todavia, a obra resulta de uma conscienciosa consideração dos problemas que estuda, aos quais agrega, porém, as contribuições que tal reelaboração tornou possíveis (16).

É oportuno não esquecer, de fato, que, ao lado da reconstrução das viagens, à qual sobretudo é dedicada a obra de Magnaghi, Pohl encara vários problemas que naquela não foram considerados, ou o foram apenas de passagem, como as relações entre Colom-

(15). — Cfr. o meu artigo: *Un nuovo libro sul Vespucci*, em "Riv. Geogr. Ital." LIV (1947), 117-122.

(16). — Enquanto escrevo, cai-me sob os olhos a tradução espanhola, devida a Maria Vinifreda Nevin, da obra de Pohl, impressa na Argentina [Buenos Aires, Libr. Hachette, s.d. (1947)] com o título: *Americo Vespuccio piloto mayor*. No prefácio, escrito pelo senhor Hector R. Ratto, aceitam-se tôdas as conclusões de Pohl, retomando a velha questão das relações de Vespucci com Colombo, à cerca do direito de dar o próprio nome ao continente. Hector Ratto se refere, depois, de passagem, à origem do nome S. Julian, para sustentar que Magalhães deve ter notado a semelhança daquele pórtico com a ponta de S. Julião da Barra, na margem esquerda do Tejo. A tese não é nova: afirmada por GROUSSAC (P.). — *Les îles Malouines, nouvel exposé d'un vieux litige*, Buenos Aires, 1910, passim, foi retomado por DENUCÉ (J.). — *Magellan, la question de Moluques et la circumnavigation du Globe*. Bruxelas, 1911, p. 62; mas MAGNAGHI (A.). — *Il planisfero* cit. pág. 69, deu uma persuasiva refutação. Ainda menos sustentável é a hipótese insinuada por Hector Ratto, de que Vespucci, navegando na direção S.E., houvesse avistado o arquipélago das Falklands.

bo e Vespucci (não já no que se relaciona com a velha e já agora superada polêmica sobre o nome do Novo Continente, ou com a outra, eliminada com a tese de Magnaghi, em torno da prioridade de Colombo ou de Vespucci na arribada à terra firme; mas antes para definir entendimentos, resultados e contribuições ao pensamento da época dos grandes descobrimentos), os conhecimentos teóricos e principalmente astronômicos e náuticos do florentino, a sua ação no ofício de *piloto mayor*, e assim por diante.

Assim, o ensaio de Pohl demonstra, se tal fôsse necessário, que a tese de Magnaghi torna bastante útil a revisão dos resultados atingidos pelos críticos num campo de estudos no qual ainda há não pouco a sistematizar e a inovar. Com plena consciência da gravidade da tarefa a que se havia dedicado, e do alcance metódico da sua obra, o pranteado estudioso considerava-se recompensado de "ter talvez aberto um novo caminho" para enfrentar e explicar os múltiplos e complexos problemas que se haviam emaranhado em torno do grande vulto do florentino, e desta maneira ter chegado a "fixar alguns dos resultados mais salientes da sua obra, na base, sobretudo, do que emerge da narrativa que de suas viagens ele nos deixou, nas cartas a Medici" (17). Mesmo renunciando à fácil ilusão de haver atingido o fundo de todos esses problemas, Magnaghi sabia que estava "defendendo uma causa justa", e que podia exigir que tudo quanto ele expunha fôsse "acolhido e meditado com mente equânime e serena, pelo senso inato de humanidade que, mesmo em se tratando de tempos longínquos, deveria achar-nos sempre mais dispostos a mostrar interesse e simpatia pela defesa e reabilitação de um grande vulto histórico, do que a nos insurgirmos sem mais exame contra ele, animados de disposições duvidosas e hostis, persistindo desapiedadamente num processo que já dura quatro séculos" (18).

Supor que a novidade da posição assim assumida se reduza à subversão mecânica desta ou daquela tese, realizada com um frio *jôgo dialético*, ou, pior ainda, por complacente indulgência aos costumeiros pruridos nacionalistas, significa simplesmente haver ficado muito longe da íntima compreensão da obra de Magnaghi.

O breve esboço, que julgamos necessário antepor, da evolução dos estudos vespuccianos, parece-nos suficiente para esclarecer o fato de que a solução daquele problema preliminar tenha sido, de certo modo, prematura. De Varnhagen em diante, por mais de meio século, definir uma vez por todas este problema aparecia como premissa necessária de toda tentativa séria no sentido de desatar a intrincada série de *quebra-cabeças* das viagens vespuccianas. Ao mesmo tempo vinha-se tornando cada vez mais débil a confiança na tradição, qual legítimo e fidedigno reflexo de uma rea-

(17). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — A. Vespucci, cit. pág. 208.

(18). — Cfr. *op. cit.*, VIII.

lidade histórica, cuja excepcional importância se percebia claramente. Enfim, se Vespucci permanecia, na opinião dos mais, “uma figura quase de acusado à espera de julgamento, ou absolvido, quando muito, por insuficiência de provas”, a crítica mais séria e imparcial havia acabado por liberá-lo de muitas das culpas que lhe haviam sido injustamente assacadas, reconhecendo nele, agora, um personagem de primeira plana da época que foi sua, se não ao mesmo título que Colombo, certamente não longe da sua grandeza solar.

Por conseguinte, libertar Vespucci da comprometedora paternidade de documentos pelos quais não se pode torná-lo responsável, e ater-se substancialmente ao que dêle e de sua atividade atestam fontes já destituídas de tôdas as razões de suspeição, significa não já buscar prejudicialmente uma reabilitação ilegítima, mas legitimamente fornecer base para uma reconstrução histórica destinada, por si mesma, a determinar aquela reabilitação. Que, pois, tal resultado, obtido mercê de um processo estritamente ortodoxo, se torne sobremaneira grato aos estudiosos de uma determinada nação, é uma circunstância da qual não convém sequer ocupar-se, a não ser para realçar que a consequência está, neste caso, absolutamente fora das intenções de quem a produziu.

Considerações dêste gênero vêm espontaneamente, percorrendo os dois volumosos tomos da obra de Roberto Levillier: *América la bien llamada*, aparecidos em Buenos Aires no fim de 1948 (19).

O título é por si mesmo claro indício da alta opinião que o autor tem de Vespucci, e da importância que atribui à sua obra. O navegante florentino é o protagonista dos dois volumes, embora o escopo de Levillier pareça ser aquêle, mais ambicioso, de oferecer um quadro, original ao menos em parte, dos descobrimentos realizados por italianos, espanhóis e portugueses, desde d. Henrique-o-Navegador, no início do século XVI, especialmente no que concerne à parte meridional do Novo Mundo. Outra razão da obra é a tentativa de coordenar a história dessas explorações com os indícios, ou melhor, com os reflexos que delas nos oferece a cartografia contemporânea.

A tal tarefa cingiu-se o autor, depois de metódica exploração de bibliotecas e de arquivos, e com o auxílio de uma grandíssima bagagem de reproduções.

Dos dois volumes, o segundo é consagrado quase por inteiro à mais importante viagem de Vespucci, a realizada por conta de Portugal entre 1501 e 1502; mas também no primeiro volume, mais de um terço do espaço é reservado às atividades do florentino. A

(19). — A editora é a Sociedade Guglielmo Kraft, Ltda. O primeiro volume (in 8.º grande, XXXII - 294 pp.) traz o sub-título: *La conquista de Occidente*; o segundo (II - 641 pp.) o sub-título: *Bajo la Cruz del Sur*. Os frontespícios não têm data, mas a obra teve a sua impressão terminada em outubro de 1948.

Colombo e à definição da *raya* (meridiano) são dedicadas poucas páginas, e poucas também a Vasco da Gama e a Cabral; ao invés, muito mais ampla é a parte em que discorre sobre as explorações portuguesas na África.

Que a obra se inscreva de pleno direito na bibliografia vespucciana, repito, resulta sobretudo de que ela concentra o máximo interesse, como foi dito, na descoberta do litoral atlântico sul-americano, encerrando-se, em substância, com a segunda viagem de Vespucci, que, pode-se dizer, revelou e definiu o contorno inteiro daquele. Levillier aceita sem reservas os dados da tradição: duas viagens ao N. pela Espanha e duas ao S. por Portugal, entre 1497 e 1504. "São inúteis", diz êle, "os esforços feitos, em alguns casos com tôda sinceridade, para reduzi-las a duas, pois que a cartografia, com suas provas objetivas, repele tal iniciativa, *adoptada en gran parte con vistas a la anulacion de la calúpnia de Las Casas*" (I, 95). O autor crê "firmemente não só na verdade" destas quatro viagens, como são "referidas na *Carta a Soderini*, mas também na autenticidade de todos os documentos" que têm sido utilizados pela historiografia vespucciana, vale dizer no *Mundus Novus* e nas cartas extraídas dos manuscritos florentinos. Esta fé "procede del hecho que los mapas ratifican a Vespuccio" (I, 91). As inexatidões abundantes nestes escritos, "como em quase tôdas as relações, cálculos astronômicos e mapas desta época... não autorizam a suposição de que Vespucci houvesse alterado dados por algum interesse seu, nem a imaginar que fôsem apócrifas a carta de 18 de julho de 1500, a do Cabo Verde de 1501, e a de Lisboa de 1502. Nem existem motivos para supor que a primeira viagem não teve lugar, ou que a carta fragmentária de 1502, a *Lettera* e o *Mundus Novus* sejam falsificações. Cremos firmemente não só na verdade das quatro viagens referidas na *Lettera* (carta) a Soderini, mas na origem autêntica de todos êstes documentos." (*Ibidem*). Não obstante os progressos alcançados por mérito de "americanistas" como Humboldt, Varnhagen, Fiske, Harris e Vignaud, é preciso reconhecer "que a indeterminação da linguagem de Vespucci, a discordância entre algumas das suas coordenadas e a realidade, e outros erros indiscutíveis que a cartografia não pode esclarecer, deixam-nos em dúvida, não, porém, no que se refere à veracidade dos descobrimentos, mas somente no que concerne a localidades, números e datas. Os elementos probatórios que descobrimos (na cartografia contemporânea) e que a seguir veremos, servirão para definir qual foi a extensão da costa conhecida e batizada naquele tempo, e temos confiança em que terão ao mesmo tempo a virtude de conferir crédito às cartas do florentino e à importância da sua atividade de descobridor" (*Ibidem*).

Esperamos, pois, que o autor, mesmo traçando o desenvolvimento concreto dessa atividade à luz das fontes cartográficas que registram os seus resultados, procurasse sempre, definitivamente,

harmonizar estas conclusões particulares e específicas, com aquelas às quais nos conduz o estudo de tôdas as outras fontes que, junto com as primeiras, constituem o inteiro *corpus* documentário que o historiador deve ter em conta. E entre tais fontes, em primeiro lugar as cartas vespucianas, seja que se tenham apenas em parte por dignas de fé, seja, tanto mais, que se aceitem em bloco, como quer Levillier, como expressão do pensamento de Vespucci. Que depois, no juízo comparativo dos documentos isolados, e de seus dois grupos, literário e cartográfico, seja preciso estabelecer uma hierarquia de valores, com respeito ao lugar que se lhes deve dar na reconstrução que se tem em mira, é outro problema. Mas o essencial é sempre isto: os diversos elementos de que se faz uso devem ser todos examinados, e que nenhum seja deliberadamente eliminado, a não ser que apresente patente falta de atendibilidade. Quer dizer que tôda preferência declarada, concedida a êste ou àquêle documento, ou grupo de documentos, só pode ser considerada válida na medida em que seja justificada criticamente. Não há dúvida de que a primeira historiografia vespuciana ignorou ou menosprezou a contribuição que lhe teria podido advir do estudo da cartografia contemporânea, mas isto não autoriza a fazer, como acontece no livro de Levillier, um elemento de juízo tão exclusivo e perentório, a ponto de fazer-nos passar por cima, com divagações retóricas ou com lugares comuns genéricos, de tudo quanto se refere a todo o restante material documentário.

Aliás, pondo de lado o que concerne à exata avaliação das fontes cartográficas (às quais deveremos voltar logo), é óbvio que estas, se às vêzes nos proporcionam auxílio para a reconstrução de emprêsas ignotas ou mal conhecidas das fontes prôpriamente históricas, muito mais vêzes delas recebem, por sua vez, luzes e significado. Entre os dois gêneros de documentos não existe oposição, mas ambos se completam; e é tarefa da crítica fazer ressaltar êsse acôrdo, caso por caso, não sendo permitido, certamente, pensar que a aceitabilidade e o valor documentário das fontes cartográficas sejam, em princípio, superiores aos das fontes históricas, e vice-versa. Muito menos possível seria inspirar-se num cânon diverso, quando nos movemos no período dos grandes descobrimentos, durante o qual, mais talvez que em qualquer outro período histórico, os interesses em jôgo impõem um juízo ponderado, e a letra muitas vêzes trai, mais do que os exprime, o pensamento e a verdade.

Dêste vício fundamental de método provêm na obra de Levillier, como inevitáveis corolários, não sômente a inadequada avaliação comparativa dos documentos examinados, mas também a colocação, que eu diria anacrônica, de todo o problema vespuciano. É evidente que êste problema devia ser retomado exatamente no ponto em que o haviam deixado as posições críticas mais recentes, em vez de ser entrosado, diria simplisticamente, nas teses de Var-

nhagen e de Vignaud. Um retorno a estas, de fato, só poderia ser considerado legítimo, se fossem demonstradas errôneas as bases dadas por Magnaghi para sua solução, tanto mais que tal solução parecia ao mesmo tempo revolucionária e pacificadora, depois de uma polémica que havia durado bem quatro séculos. Ao invés disso, pondo de parte o fato de que tudo quanto se refere à autenticidade dos relatos vespuccianos é confinado num *excursus* quase marginal, no fundo da obra de Levillier (20) buscar-se-ia em vão o exame das múltiplas, complexas e subtis questões levantadas pelas relações recíprocas que há entre os dois grupos de documentos, pela sua aceitabilidade e autenticidade, e pelo acôrdo que é necessário estabelecer entre os dados concretos neles referidos e os que nos são subministrados pelas demais fontes.

Não foi sem motivo que Magnaghi dedicou a êste exame a parte maior e mais importante da sua obra, desenredando, com crítica tão paciente quanto aguda, o emaranhado de questões filológicas, bibliográficas, literárias, históricas, geográficas, cartográficas, etc., que nascem, de uma análise do conteúdo do *Mundus Novus* e da *Lettera al Soderini*, e do seu confronto com os três re-

(20). — O capítulo *La autenticidad de las cartas* ocupa as págs. 273-297 do segundo volume. É já sintomático que o autor tenha feito dele um simples apêndice, ao passo que o problema é realmente preliminar e fundamental, no sentido etimológico da palavra. Destas vinte páginas, também, a parte maior é representada por vãos oratórios ou por lugares comuns declamatórios, e tudo o que se diz do *Mundus Novus* (pp. 285-288) e da *Lettera al Soderini* (288-294), se reduz a meras afirmações, sem sombra de prova, e nenhuma, realmente nenhuma, das argumentações de Magnaghi, que tomam capítulos inteiros, é sequer examinada. Em compensação, vale a pena transcrever por extenso a conclusão: "En suma, Magnaghi creyó que las cartas de 1500, 1501 y 1502, apócrifas segun Varnhagen, y las tres restantes de 1502, 1503 y 1504, falsificadas, a su juicio, eran inconciliables, y que no era posible resolver el problema, sin suprimir algun grupo de cartas y de viajes. Hemos dado ya al lector las razones (!) por las cuales sostenemos que ambos puntos de vista son erroneos y opuestos a la realidad. De las correlaciones y la estranha coherencia de las seis cartas, se desprende su autenticidad de origen ratificada por los hechos (!). De la divergencia entre la carta de 1500 y el primer relato de la *Lettera* no surgen factores o pruebas, que justifiquen la eliminación de esta, conjuntamente con el primer viaje. Y una atenta lectura de las demás, unida al analisis de sus corroboraciones por los mapas, nos lleva a la convicción de que las seis son fidedignas aun quando contengan oscuridades y errores y que Vespuccio participó de las quatro viajes que describe, sin que ninguna vez pretendiera él, ni expresa, ni tácitamente, una prioridad sobre Colón en el descubrimiento de Tierra Firme" (p. 294).

O único comentário que convém a esta prosa pode ser extraído do próprio Levillier, que o aplica a Magnaghi: "El tono es categórico y sin duda alguna" deveria (sic) ser "bajo una pluma responsable, la consecuencia de un firme conocimiento y de una prueba a mano" (p. 292).

latos manuscritos endereçados a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici (21).

Nem ficou de fora a demonstração do caráter essencialmente diverso dos dois grupos de documentos: apócrifo o primeiro, genuíno o outro.

Compreende-se que ninguém pense em considerar esta demonstração como um dogma que deva ser aceito por todos os estudiosos, mas ninguém, que se julga estudioso, tem o direito de ignorá-la. Levillier nem sequer leu e meditou a obra de Magnaghi, ou, se o fez, deve ter julgado mais conveniente poupar-se o trabalho de rebater-lhe as argumentações. As poucas e descosidas observações por êle dirigidas ao seu mais bem aparelhado predecessor, onde não se referem a minúcias de escasso relêvo (22), não

(21). — A esta parte do seu assunto é dedicada no volume de Magnaghi mais da metade do texto, isto é, os primeiros onze capítulos, dos quais pelo menos sete (ed. cit., pp. 20-103) destinados a documentar o caráter apócrifo das fontes impressas até aqui consideradas provenientes de Vespucci. Estes sete capítulos tocam em todos os problemas atinentes ao conteúdo do *Mundus Novus* e da *Lettera al Soderini*, que são depois re-examinados no resto do livro, onde se procede ao estudo das questões estritamente geográficas levantadas pelo confronto das fontes manuscritas com as impressas. Em conjunto estamos lidando com um tratado tão abundantemente corroborado por provas que não nos é dado encontrar em nenhuma das obras até aqui aparecidas, sobre o navegador florentino. Cada qual é livre para pensar como quiser, mas até que esta sólida construção não seja desmantelada pedra por pedra, é ilusório acreditar ter solucionado o enigma da tradição vespucciana, o mais complicado, talvez, de toda a época dos grandes descobrimentos.

(22). — As únicas observações concretas feitas por Levillier a Magnaghi se referem: à pretensa confusão entre Cananor e Cananéia (II, 55), à qual o autor volta com teimosa insistência (II, 91, 92, 319, 320, e veremos mais adiante com que legitimidade); à pretensa e errônea atribuição a Vespucci do batismo do Pôrto de S. Julião (II, 86 e 320); à pretensa e arbitrária atribuição a Vespucci do comando da expedição realizada com Hojeda (II, 278); à afirmação — contestada por Levillier — de que "os portugueses... não queriam confessar que haviam ultrapassado a 0. a linha de demarcação" (II, 320); ao pretense erro de ter "projetado o itinerário (de Vespucci, na sua segunda viagem), a grande distância da costa, como o fizeram o almirante Quintella em 1839 e Groussac em 1910" (II, 290), outra vez repetido pouco adiante (II, 320) com as palavras "M. se apoya en testimonios históricos (?), conocidos todos (os invocados por Levillier são, ao contrário, todos inéditos!) para suponer, como Quintella y Groussac, que Vespuccio navegó a lo largo de la costa hasta 50° de latitud, sin explorar, ni bautisar lugares"; e, enfim, à avaliação, no dizer de Levillier errada e exagerada, do Planisfério torinense de 1523 (II, 87-94), ilustrado por Magnaghi numa obra especial.

Voltaremos mais adiante a êste assunto, e em outra ocasião mais extensamente, sobre o que se refere ao Planisfério torinense; por ora nos limitaremos — apenas para dar ao leitor uma idéia da consistência de semelhantes detalhes — a examinar uma única das observações de Levillier.

Trata-se da rota seguida por Vespucci na sua segunda viagem e mais precisamente na sua extremidade austral. Mas logo se torna evidente que Levillier nem sequer se deu ao trabalho de ler o texto de Magnaghi. O texto diz de fato: "Mas Vespucci devia depois, efetivamente, ter-se dirigido ao 50° S., sempre próximo da costa" (p. 197), e, como se não bastasse, diz ainda: "Em suma, tudo concorreria para nos fazer admitir que o navegador florentino tenha efetivamente atingido a latitude 50° S., sempre costeando a terra firme" (p. 198). Ao contrário do que o autor cita, além da explícita declaração da carta a Medici, o relato sincero de Valentim Ferdinand e os Diários de Sanudo, esclarecendo que a falta de nomes nos mapas mais antigos a S. Cananéia, poderia confirmar que "O escopo da viagem era apenas o de achar um caminho na direção S.O." (ibid.).

só deixam sempre de tocar a substância dos problemas que êle mesmo se propõe resolver, mas se mantêm num tom de vaga generalidade e de abstracção exterior (23). Ainda mais: o autor iludiu-se, pensando que poderia compensar a falta de acume com a intemperança de uma linguagem que, não raro, excede os limites impostos pelo respeito que é sempre devido aos que não pensam como nós (24).

Não pudé ter à mão o escrito de Quintella, que Levillier cita; mas, quanto a Groussac, é claro que, ao reconstruir ao seu modo a rota da expedição vespucciana de 1501-1502 para as mais altas latitudes por ela atingidas, funda-se em dados da *Lettera al Soderini*, segundo a qual, a um certo ponto — e precisamente depois de ter Vespucci assumido pessoalmente o comando da frota — as naves da expedição deveriam decididamente ter aproado para SE (círoco). Como é sabido, Groussac propunha modificar este rumbo (rumo) para SO, de maneira a levar Vespucci para as costas patagónicas. Mas, mesmo abstraindo o fato de que Magnaghi certamente não conhecia os dois escritos de Quintella e de Groussac, aqui mencionados, bastava ter presente que êle não admite a autenticidade da *Lettera al Soderini*, e faz uso de um texto da tradição manuscrita, pelo qual o problema não é apresentado.

Seria um pouco mais difícil, para Levillier, dar o motivo de uma tal correção radical do texto — visto que êle crê genuinamente vespucciana aquela *Lettera* — correção, ademais, sem a qual toda a reconstrução por êle tentada da segunda (para êle terceira) viagem do Florentino vai pelos ares; veja-se a propósito tudo quanto se diz adiante.

- (23). — Prescindindo das pequenas alfinetadas que Levillier dá aqui e ali ao seu predecessor, as passagens em que encontramos algum juízo de conjunto sôbre a obra de Magnaghi se reduzem a duas. Na primeira (II, 290-294), excluída a costumeira insistência sôbre o absurdo de repelir como apócrifas relações impressas consagradas por larga notoriedade e autenticadas, de certo modo, pelo silêncio dos interessados, reporta-se a Magnaghi: 1.º, ter feito uso, para a reconstituição das rotas de Vespucci, daquelas mesmas relações cuja autenticidade contesta (mas é fácil objectar que nem todos os elementos de um documento apócrifo são necessariamente inatendíveis!); 2.º, de não ter feito o devido uso das fontes cartográficas (veremos mais adiante o uso que delas fez Levillier); 3.º, de ter partido de uma posição preconcebida, tendo em mira, por meio de uma exagerada valorização dos seus méritos, reabilitar Vespucci das mutilações que lhe foram infligidas (todavia trocam-se as deduções obtidas pelos resultados da pesquisa, com os entendimentos que a determinaram, e depois não se dá nenhuma prova da exageração apontada).

Na segunda (I, 97-98), Levillier pretende que o juízo de Magnaghi sôbre as fontes é feito na base de "minúcias da sua forma externa" (?) em vez de o ser na "avaliação do seu conteúdo por meio de um confronto cuidadoso com os ensinamentos da cartografia primitiva" (é o cravo fixado na mente de Levillier; veremos alguns destes "ensinamentos"; mas das pretensas "minúcias de forma" não se dá o mínimo indício); quanto ao mais, não faz senão repetir o que disse na primeira passagem.

E assim se liquida alegremente todo o labor realizado por Magnaghi!

- (24). — O livro de Magnaghi sôbre Vespucci é definido como um "monumento de tela pintada" (II, 342), no qual uma "dialéctica prestidigitadora" não chega a esconder "extravagâncias" (II, 339), que chegam até a "una brillante exhibición de ignorancia" condimentada de "incongruências geográficas" (II, 341) e, naturalmente, de "impertinente superbia" (II, 292). Segundo Levillier, nosso saudoso estudioso "no reculó ante la mutilación de la historia americana, ni ante el cercenamiento de la acción del florentino, ni ante los absurdos dialécticos que la ficción le impuso" (II, 284). Sua obra pôs em evidência uma "manera tan irresponsable de tratar hechos y fuentes apenas concebible" (ibid.); o autor "descuidó la cartografía y elaboró a la rastra de Napione una solución artificial, reñida por su índole con la ética de la historia. Entró en una novela de aventura, a la antigua usansa, con reto de jerga feudal, y lanza en distra". E por aí vai nesse tom.

Desejamos sinceramente a Levillier que se arrependa, depois do que poderá, esperamos, ser capaz de escrever, por sua vez, alguma coisa séria e meditada.

Nesta carência de precisão e de agudeza, e na plethora de loquazes divagações que lhes usurpam o lugar, algumas poucas repetições: a cartografia contemporânea que comprovaria a tradição das quatro viagens, e o costumeiro e enfadonho lugar comum: deve parecer absurdo pensar que as relações impressas pudessem ser falsificações; Vespucci, ou qualquer dos seus amigos, tendo delas conhecimento, não teriam, sem dúvida, deixado de desmascará-las (25). Em resumo, o silêncio dos contemporâneos, teria, de certo modo, constituído uma confirmação indireta da autenticidade das fontes tradicionais.

Voltaremos à primeira asserção; quanto ao absurdo, Levillier teria feito melhor se dirigisse a sua oratória ao que a tal propósito Magnaghi havia respondido (26).

(25). — Vale a pena transcrever textualmente a argumentação de Levillier (II - 293): "La paradoja de Magnaghi suena a insensatez por más consideraciones que se tenga conag él al juzgarla. Difundidas docenas de ediciones de las dos cartas de que se trata, en latin, alemán, holandés, italiano y francés, ¿ No habria estigmatizado la falsificación, si tal hubiera, algún pariente, amigo, enterado de las navegaciones del tiempo? ¿ Y no habria protestado algún rival, tachando la carta de impostura del mismo nauta? ¿ Y Vespucio, frente a cuyo palacio florentino colocaron los ediles de sua patria chica los fanales que solo por excepción se enviaban a rendir homenajes a los buenos servidores de la República, serían también víctimas de la burla? ¿ Y si supieron de ella, la dejaron pasar en silencio? ¿ Pero es que eran ciegos y sordos los hombres de ese tiempo? ¿ Hubiese podido nacer y desenvolverse felizmente semejante mistificación, sin que nos llegase después, algún eco en las páginas de un analista florentino o de un diplomático veneciano? ¿ Así como se pudo publicar las dos cartas en folletos, no cabía réplica presentada de igual manera? ¿ Los cosmógrafos, no sabían enterarse? ni los cronistas al ponderar lo mucho que Vespucio navegara? ni los cartógrafos al inscribir en los mapas el nombre de América, ni Fernando el Católico al elegir su primer Piloto Mayor?" etc., etc.

Não é preciso salientar o caráter retórico dessa pseudo-argumentação. Pense-se o que se quiser da possibilidade de reação, por parte de Vespucci, ou de outros, ao *Mundus Novus* ou à *Lettera al Soderini*, o problema crítico é, repito, resolver os contrastes, postos em evidência por Magnaghi, entre os dois grupos de fontes em que se apoia a historiografia vespucciana. Para aceitar a posição eclética, à qual Levillier quererá que voltássemos, seria necessário desbaraaçar-nos convenientemente, de toda a enorme e complexa mole de objeções, acumulada sobre as quatro viagens tradicionais do Florentino. Este é o ponto; o resto nenhuma importância tem, por ora, no fóro científico.

Atualmente, mesmo querendo seguir Levillier no fácil terreno dos absurdos genéricos, não faltaria matéria para observações construtivas. O acervo de edições de que fala o autor, é menos esmagador que parece através da selva de interrogações com que ele enfeita o seu discurso. As re-edições de *Mundus Novus* durante a vida de Vespucci aproximam-se de uma vintena, mas da *Lettera* só se conhece uma edição. Ademais, o texto desta última introduzido na *Cosmographie introductio*, à parte as modificações nele feitas pelos chamados geógrafos de S. Dié, tem sido sempre considerado como uma fonte em si, e somente a crítica moderna, segundo observa VIGNAUD (H.) (op. cit., 43) projetou luz neste ponto. Em substância, pois, as falsificações tiveram voga exclusivamente na Itália e na Alemanha (há só uma tradução holandesa do *Mundus Novus*, e nenhuma francesa anterior a 1515), enquanto Vespucci estava na Espanha, e ali permaneceu; e não se sabe de nenhuma tradução espanhola das duas fontes incriminadas que ali tenha jamais circulado.

(26). — Levillier não resiste à tentação de apelar para as objeções análogas, levantadas na Itália, cfr. REVELLI (P.). — *Terre d'America e Archivi d'Italia*, Milão, 1926, 127. Mas MAGNAGHI (A.). — *Fra Terre e Archivi*, Palermo, 1927, 15, tinha já respondido como convinha: "... todavia é verdadeiro que não se têm encontrado protestos de Vespucci [contra os autores das falsificações de suas viagens, que apareceram

Naturalmente êste escrito se tornaria assaz longo, se quisessemos recolher aqui a rica messe de observações, que uma leitura atenta dos dois grossos volumes do autor permitiria. Devemos contentar-nos com alguns traços, deixando para outra ocasião o exame de questões especiais.

Seja dito, no entanto, que em'vão se pediria a Levillier a prova cartográfica da pretensa quarta viagem de Vespucci. Uma vez admitida, como a admite Levillier, a série tradicional destinada a fazer *pendant* com as quatro navegações colombianas, não se compreende de que maneira se possa dispensar de tomá-la em consideração, tanto mais que estando na *Lettera* a Soderini, teria também essa viagem interessado o litoral atlântico da América meridional. Em compensação, o autor não hesita em pôr à frente da expedição, que êle considera a terceira a serviço de Portugal (1501-1502), a Gonçalo Côelho, cuja intervenção, de Southey em diante (1810), tinha sido invocada pelos críticos apenas a propósito da hipotética quarta viagem. Todavia, não queremos fazer a Levillier a injustiça de crer que êle ignore não existir nenhum documento, nenhuma prova, nenhum indício, nenhuma razão, que, não diremos obriguem, mas sequer aconselhem a recorrer a semelhante hipótese. Tudo quanto conhecemos de Coelho se reduz a uma passagem de Damião de Góis, cronista contemporâneo do Rei d. Manuel I de Portugal, da qual resulta que aquêlê navegador havia sido enviado às costas do Brasil (note-se!) em 1503. Mas isto não impede que a maior viagem de Vespucci, sôbre cujos resultados se apoia, em substância, a sua glória, seja apresentada por Levillier, sempre, como expedição Coelho-Vespucci, figurando nosso descobridor em posição secundária (27).

impressas]; mas espera-se encontrar qualquer coisa... nas Atas de Congressos de Americanistas realizados entre 1493 e 1512 (ano da morte de Vespucci), ou nas Revistas e jornais do tempo, sobretudo no "Boletim da Sociedade Geográfica de Sevilha" dos anos em questão, e, por que não?, descobrir em qualquer Arquivo florentino cópia da ação contra desconhecidos que Vespucci devia ter promovido, infalivelmente, perante o Procurador da República".

- (27). — Pois que os escritores ibéricos levantam sempre o tom de voz, quando se trata de navegadores italianos, exigindo que mesmo as circunstâncias mais insignificantes sejam comprovadas com documentos, vale a pena verificar a maneira pela qual procede Levillier, para que seja assegurado a um português o mérito de ter guiado a expedição realizada por Vespucci por conta do Rei d. Manuel. Todas as provas que o nosso crítico aduz são resumidas nesta passagem: "Las tres naos, que se creé fueron capitaneadas por Gonçalo Coelho..." (II, 325), depois do que se viu, e fica arquivada a expedição Coelho-Vespucci (I, 80, 152, 153, 155, 160, 198, 207; II, 5, 50, 53, 74, 136, 232, 246, 249, 310, 317, 325, 336). Mas Livillier quer ser mais preciso ainda, e nos assegura que a "viaje de 1501-1502 "foi" capitaneado por Gonçalo Coelho hasta 25º y por Vespucci después" (II, 20).

É evidente que se alude aqui ao conhecido passo da *Lettera* al Soderini, no qual o contrafator faz dizer a Vespucci que, depois bem de 10 meses de viagem, achando-se ao largo de uma costa onde não se conseguia achar nada de útil, foi decidido mudar a rota e confiar a êle, Vespucci, o comando da expedição; comando que devia, em vez (e a *Lettera* o repete mais adiante), caber a outra pessoa (o "capitão-mor"). No entanto, não se vê em que bases se apoia a latitude fixada por Levillier como o ponto em que teve lugar a mudança de

E isto ainda é pouco, comparado à pretensa e contestadíssima primeira viagem vespucciana (1497-1498), a propósito da qual, como é notório, os críticos verteram rios de tinta. Mesmo neste caso seria de esperar que a renovada afirmação da veracidade de tal viagem houvesse encontrado em Levillier uma argumentação não menos cerrada que original. Mas logo de início percebe-se que estamos firmes na posição de Vignaud, se não diretamente na de Fiske ou de Varnhagen.

Como tem sido mostrado, já a confiança primitiva e vacilante de HARRISSE havia evoluído para um claro ceticismo: êle havia acabado por concluir que se tratava realmente de uma expedição imaginária, pelo menos na forma com que a apresenta a própria *Carta* a Soderini. Por fim a pretensa prova cartográfica se havia desvanecido em suas mãos: o designio dos mapas de Cantino e Canério, antes que aos resultados do suposto périplo vespucciano de 1497-1498, parecia-lhe incluir-se nas "épures successives recueillies dans les trois ou quatre dernières années du XVe siècle" por obra de expedições clandestinas (28).

Naturalmente Levillier não diz palavra sôbre isto, nem menciona a absoluta identidade da sua posição com a posição a que Vignaud havia chegado. Em substância, a demonstração da veracidade desta primeira viagem vespucciana vinha amarrada a uma série de elementos negativos; uma verdadeira demonstração *per absurdum* e *per absurda*.

Perguntava Vignaud:

1.º Como explicar de outra forma, senão com esta viagem, o fato de haver Juan de la Cosa, no seu mapa, dado forma insular a Cuba?

2.º Como interpretar de outra maneira o périplo norteamericano, nos mapas Cantino e Canerio, que representam, ao que parece, a Flórida?

3.º Se Vespucci houvesse mentido, como é que jamais o desmentiram os pilotos seus contemporâneos?

comando: a *Lettera* só diz que, algum tempo antes, a frota havia atingido o 32º S. (segundo outras lições o 22º), mas sem precisar a distância percorrida dêste até o ponto a determinar. Em segundo lugar, se se aceita como autêntico o texto da contrafação, é preciso explicar como é possível pô-lo de acôrdo com uma navegação costeira, como foi aquela, o que o próprio Levillier é obrigado a admitir. De fato, a *Lettera* especifica sem sombra de dúvida que a direção de ante-mão escolhida foi o siroco; nem é permitido pensar num êrro deliberado, do momento que o texto fala de uma direção diferente desta ("procurar o mar pela outra parte").

A argumentação com que MAGNAGHI (op. cit., 185) exclui Coelho da grande viagem vespucciana são perentórias; de qualquer maneira, se não querem aceitá-la, será necessário, primeiro, que a refutem.

(28). — Cfr. HARRISSE (H.). — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, etc., cit. p. 13. Na mesma obra, pouco antes, havia concluído: "Nous n'ignorons pas combien ce premier voyage de Vespuce est controversé. Peut-être même est-il imaginaire, au moins dans sa forme actuelle" (p. 8).

4.º Se Vespucci houvesse mentido, como se explica que Colombo o considerasse amigo?

5.º Se Vespucci houvesse mentido, por que razão os espanhóis o nomearam *piloto mayor*?

Levillier procede de maneira perfeitamente análoga, com a única diferença, talvez, que para êle as provas cartográficas servem precisamente para integrar a reconhecida insuficiência da *Lettera al Soderini* (29). De tal modo está êle convencido dessa insuficiência, que renuncia a retomar o exame do seu texto, e por conseguinte a tomar em conta as formidáveis objeções levantadas a propósito dos dados de direção, distância, itinerário, toponímia, etc., que a *Lettera* apresenta. Tôdas estas objeções não merecem que êle sequer se ocupe delas, e assim não afetam de modo algum a sua convicção: a *Lettera* é mais do que nunca uma "desnuda y clara exposición de hechos" (uma nua e clara exposição de fatos), e por isso é permitido estar satisfeito com o seu texto, que em todo caso se pode alterar e emendar ao sabor das conveniências (30). Um único ponto é tocado, de passagem, numa nota; é o famoso *alibi* de Humboldt, mas tudo se reduz à simples e pura retomada da insuficiente refutação de Harrisse. Inútil é dizer que o autor não toma, nem quer tomar em consideração que esta refutação, a par daquela, mais recente, de Vignaud, foi demolida por Magnaghi (31).

Em compensação, o autor fixou-se na idéia de que uma falsificação destinada a atestar a primeira arribada à terra firme não poderia justificar-se senão pelo interesse de Vespucci em "ganar prioridad" sobre Colombo; e por isso empenha-se em esclarecer que o navegador florentino, não só nada tinha a ganhar fazendo assim (em qualquer caso o mérito da expedição não teria sido dêle, mas da Espanha ou do comandante da expedição! I, 100), mas nem sequer podia pensar em tal trapaça, porque "em 1500 e 1504 (datas dos mapas), ninguém sabia quem eram os primeiros descobridores da terra firme" (I, 98-9). Contudo, logo depois tenta demonstrar que, tanto no mapa de Juan de la Cosa (1500) como nos

(29). — "Su carta a Soderini es la única relación detallada del viaje, fuera de la confusa carta de 18 de julio, y eso sería insuficiente, si la cartografía no corroborase los descubrimientos que señala"; LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, I, 95.

(30). — Segundo a *Lettera al Soderini*, a expedição tocou, depois de 37 dias de navegação, numa terra que o texto coloca em 16º N. e em 75º O. (das Canárias). O nosso Levillier não se perturba: 16º torna-se 10º ("hay quien cree que debiera leerse 10º") e 90º (75º + 15º) que "no puede estar bien, porque caería en el interior de Honduras" é domesticado em 83º, com o que se vai à costa da Nicaragua; cfr. LEVILLIER (R.). — *loc. cit.*

(31). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — A. Vespucci cit. 124-129 e LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, I, 136-7. Também a outros críticos esta desenvoltura de Levillier pareceu verdadeiramente excessiva; cfr. ALMAGIA' (R.). — *Due libri recenti su Amerigo Vespucci*, in "Riv. Geogr. Ital.", LVII (1950), 184.

de Caveri e de Cantino (1502), o dilineamento das terras recentemente descobertas indicaria de fato o contorno de grande parte do continente americano, até a altura da baía de Chesapeake!

E agora? Agora, insiste o autor, se os argumentos trazidos à discussão pelos críticos, dos textos e dos documentos referentes a esta primeira viagem de Vespucci, estão agora exauridos, as fontes "geográficas" não têm sido estudadas como o deveriam ser, de modo que não se esgotou a sua força de persuasão. Seja assim. Mas tão logo vos entregais ao exame dêste outro aspecto do problema, não tardais a perceber que nem aqui há algo de novo.

Não é o caso de tomá-lo muito a sério, mas, mesmo apegando-se a autores que, como o nosso Hugues, continuaram a jurar pela autenticidade da *Lettera al Soldierini*, as objeções que eles opuseram — mesmo no campo da cartografia náutica contemporânea — à possibilidade desta primeira viagem vespuciana, teriam podido e devido colocar de sobreaviso o nosso autor, e induzi-lo, pelo menos, a fazer um reexame critico daqueles documentos específicos, aos quais dava tanto valor, a ponto de colocá-los no centro da sua argumentação; documentos, diz êle, que "no han sido utilizados como podrian haberlo sido por los críticos, contemporâneos nuestros", ao passo que se prestavam maravilhosamente para quem saiba, como o autor o conseguiu, descobrir neles os "rastros probatórios" destinados a pôr fim a tôdas as incertezas (I, 100).

É difícil acreditar, mas que faz Levillier em definitivo? Reproduz o desenho dos mapas de Juan de la Cosa, de Caveri, de Cantino, de Valdseemüller (1507), de Ruysch (1508), de Tolomeo (1513), de Pedro Martir (1511), etc., e a êles sobrepõe, *sic et simpliciter* um mapa moderno, para extrair disso, com empirismo ingênuo, identificações que são depois erigidas em verdades convincentes, e fixadas por meio de grandes letras sobre as próprias reproduções. Uma vez estabelecido — desta maneira, porque não há nem sinal de demonstração — que em tal mapa' estão representados o Yucatan, o Gôlfo do México, a Flórida e a costa norte-americana até pelo menos a Virgínia, é feita a pergunta: "que na ves castellanas surcaran antes de 1508 esos mares? Que espedición adquirió los conocimientos perceptibles en mapas de 1502?", com a inevitável resposta: "en realidad, no se sabe de ninguna que no sea la de 1497 descrita por Vespuccio" (I, 103).

Havemos de pensar, por isso, que Levillier não conheça tudo quanto tem sido escrito sobre o assunto? Nem por sonhos: a bibliografia que a isso se refere é muitas vezes citada na sua obra. É necessário, pois, concluir que êle não quis tomá-la em conta, tal como fez, conforme vimos, com os argumentos de Magnaghi. Agora só resta reafirmar o costumeiro cânion elementar da mais elementar crítica histórica: quando se retoma um problema para dar-lhe uma solução em determinado sentido, é forçoso preliminarmente desembaraçar-se de tôdas as provas, reais ou presúmidas, adu-

zidas em contrário. Aliás, quanto ao mapa de La Cosa, Levillier teria podido refletir ao menos nestas considerações do próprio HARRISSE: "à partir du pavillon espagnol planté aux environs du golphe de Darien, et qui marque le limite extrême des régions définies par de La Cosa entre le tropique du Cancer et le cercle polaire arctique, la côte, il est vrai, se prolonge vers le nord, mais d'une façon vague et inexacte. Il n'y a sur le litoral ni une dentelure, ni un nom, et le critique ne peut voir dans ces configurations indéterminées le resultat d'explorations" (32). Quanto aos dois mapas de Caveri e de Cantino, ao passo que para a América central e para as ilhas não nos dão substancialmente nada mais que o de La Cosa, para a América setentrional parecem inspirados em fontes portuguêsas e inglêsas: "a saliência de SE não é a Flórida, mas uma daquelas supostas terras terminais com que se completa com freqüência o desenho de massas de forma ainda vaga e indeterminada, e das quais não se podia ainda ter dados precisos e positivos" (33).

Ficaria ainda para examinar a larga parte dedicada por Levillier à segunda (que para êle é a terceira) viagem vespuciana, também consistente, na quase totalidade, num exame da cartografia náutica do século XVI, mas julgamos pouco construtivo insistir em observações mínimas, que nos reconduziriam, tôdas, ao mesmo ponto, ou abaixo dêle. Sempre para não nos perder no esquadrinhar de pequenas questões, e tendo em mira essencialmente o problema do método, acrescentaremos que tal exame está viciado também por uma falha critica basilar: a de prescindir, com excessiva freqüência, da exata avaliação do valor documentário dêstes mapas, que naturalmente não podem ser postos todos no mesmo plano, mas, antes, possui, cada um, uma história própria e uma particular razão de ser. Em outros tempos, quando a crítica se achou diante da exigência de incluir êste novo gênero de fontes

(32). — Cfr. HARRISSE (H.). — *Les Corte-Real et leurs voyages au Nouveau Monde*. Paris, 1883, 97.

(33). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — *op. cit.*, 144, que assim conclui um breve, mas agudo exame crítico do Mapa Cantino; e, ainda sob o amparo dêste autor, NUNN (G. E.). — *The geographical conception of Columbus*, Nova York, 1924, que examina mais longamente o problema (app. 91-141) terminando assim: "in conclusion, the present writer is convinced that the continental land northwest of Isabella was not Florida. This land was drawn under the misapprehension that it was the main land of Asia." O que concorda com a opinião que por fim formula RUGE (S.). — *Die Entwicklung der Kartographie von Amerika bis 1570*, in "Peterm. Mitteil. Erghzft 106". Gotha, 1892, 35: "Die Küste nordwestlich von Cuba halte ich für die Küste Asiens nach Toscanelli". Pode-se notar que êste último autor, enquanto no principio tinha sido impressionado pelo delinearmento da costa norte-americana, "por demais aproximada da realidade das coisas", ao pontê de perguntar a si mesmo se não se deveria pensar numa expedição espanhola (sobre a qual não se julgava autorizado a formular hipóteses), cfr. "Zeitschr. für wissensch. Geographie" V (1885), 131-2, não tardou a dentro em pouco mudar de parecer, considerando aquê delinearmento como derivado da representação que Toscanelli havia dado da extrema Asia oriental, cfr. *Die Entdeckungsgeschichte der Neuen Welt*, 67.

no conjunto documentário de que dispunha para reconstruir a epopéia das grandes descobertas, poder-se-ia talvez prescindir de uma indagação preliminar dessa espécie. Mas atualmente nossos estudos exigem uma utilização maior daquilo que através da cartografia nos foi conservado, e um acôrdo mais íntimo desta documentação com o que se conhece de outras fontes; se bem que não é lícito aceitar, mesmo aqui, de olhos fechados, como mercadorias do mesmo valor, dados que pacientes investigações e subtis joieiras críticas podem demonstrar algumas vêzes serem de significação diferente da que ao princípio éramos induzidos a crer.

Nenhuma dúvida, por exemplo, de que muitos elementos registrados nestes mapas aí foram insertos com o fim deliberado de deformar ou mascarar a realidade, por motivos políticos fáceis de adivinhar. Verificado que entre os processos mais em uso, no tempo de Vespucci, estava também o de alterar propositadamente distâncias e direções, para não indicar às potências rivais o caminho seguido nas explorações marítimas, não se achará estranho que Bartolomeu Dias nos tenha deixado a latitude do Cabo da Boa Esperança com um êrro intencional de 10°, e Juan de La Cosa a da Jamaica e de Guanahani com um, certamente não menos intencional, de 8° e de 15°, respectivamente (34). Quando se pensa na poliédrica fertilidade de expedientes, de armadilhas, de insídias a que recorrem, e recorreram em todos os tempos, os beligerantes, para prejudicar e vencer os adversários, deverá parecer muito ingênuo colocar no mesmo plano documentos, como êstes da vetusta cartografia americana, nos quais se refletem, à sombra da secular contenda entre as duas corôas ibéricas, os infinitos motivos de atrito que as emprêsas do tempo podiam e deviam suscitar. Não se pode, pois, acolher sem reserva a fatigante reconstrução que Levillier tenta, no seu segundo volume da história da toponímia brasileiro-argentina, usando de modo acrítico ou paracrítico um material imenso e heterogêneo.

Isto vale, em primeiro lugar, para o que se poderia definir como *leit-motif* de tal reconstrução, isto é, o binômio *rio de cananéia-rio de cananor*, que dominaria, segundo Levillier, todo o desenvolvimento da mais antiga cartografia sul-americana. Os dois toponímicos não teriam sido considerados, a crer em nosso autor, grafias diferentes de um único toponímico, como até aqui acreditavam os estudiosos, mas indicariam duas localidades diversas, situadas nas proximidades do 25° a primeira, e do 45°S. a segunda. Na base dêste critério, a evolução daquela cartografia permitiria reconhecer quatro períodos, assim caracterizados pela disposição dos que se poderiam definir como seus fulcros toponímicos: 1.º (1502-1516) Rio Jordan-Cananor; 2.º (1515-1522) Cananéia; 3.º

(34). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — *Questioni colombiane*, Nápoles, s.d. (1939). 148.

(1522-1536) Rio Cananéia, Rio Jordan, Rio Cananor; 4.^o (1536-1590) Rio Cananéia, Rio da Prata, Rio Cananor. Vale dizer: num primeiro tempo, e a começar do mapa chamado Kunstmann II (1502) (35), a linha da costa continuaria até Cananor, seja inclinando-se para S.O. — mais correta e de acôrdo com o modelo original — seja com direção meridional, com o evidente escopo de fazer com que os portugueses ganhassem terreno. Mas depois de 1515, mais ou menos, e com o mapa Kunstmann III como principal estêio, o périplo se deteria a 25°, ou quando muito a 35° S. (Cabo de Santa Maria): desaparecido assim Cananor, apareceria Cananéia. No mapa de Vesconte Maggiolo, que é conservado em Mônaco, e tem a data de 1519, um grupo de nomes colocados por alguns dos mapas anteriores ao redor de Cananor, teria sido transferido para uma vintena de graus mais para o N., ao redor de Cananéia, o que demonstraria como Maggiolo, ou suas fontes, se teriam equivocado entre os dois nomes, abrindo assim caminho para uma confusão que se perpetuou nos produtos cartográficos sucessivos. Com o mapa Castiglione, de fato, que Levillier atribui ao ano de 1526-1527, os dois nomes aparecem contemporaneamente, nas posições indicadas, o que se repete depois como regra, pelo menos até a data de 1590, que Levillier apresenta como termo das suas indagações. E aqui nos detemos, pois no momento escasso interesse tem a substituição do nome de Rio da Prata pelo nome de Rio Jordan, que serve de critério discriminativo entre os dois últimos períodos.

À primeira vista pode parecer persuasiva a reconstrução assim tentada por Levillier, sobretudo quando, ao folhear o segundo volume, se deitam os olhos à copiosa ilustração cartográfica que o acompanha, nem causa surpresa que alguém a tenha achado — sem dúvida depois de uma leitura muito apressada — tão “interessante” a ponto de aderir, substancialmente, às suas conclusões (36).

(35). — Cronologicamente, Kunstmann II é precedido pelo notável mapa anônimo e sem data, ilustrado por Hamy, do qual MAGNAGHI (Vespucci, pp. 212 e seg.) foi o primeiro a colocar em evidência solar as estreitas relações com a grande viagem vespucciana de 1501-1502. Mas este mapa, enquanto representa as costas de América meridional até uma latitude mais alta do que a do Cabo de Boa Esperança, não apõe nenhum nome.

Como vem a propósito, observe-se que deve ser agora abandonado, para este mapa, o velho nome de *Carta marina Portugallesium*, com o qual o designava Hamy. No passo acima citado há provas irrefutáveis do caráter italiano da sua toponímia, o que é repetido por Kunstmann II, que lhe é mais ou menos coevo e gêmeo.

(36). — Escreve ALMAGIA' (R.). — *op. cit.* p. 185, que Levillier “chega, sobretudo baseado no exame comparativo das representações cartográficas, a conclusões de notável interesse, embora talvez nenhuma delas possa ser tida por definitiva”. Da continuação do artigo resulta que o próprio autor reconhece, com Levillier, que Cananor e Cananéia são “duas localidades de origem diversa”, achando uma prova disso no fato de que “outros mapas, como o de Castiglione de Mântua, todos os mapas do grupo Ribeiro, o mapamundi de Sebastião Caboto e outros, contém ambas as localidades nas respectivas posições originárias” (p. 186).

Mas para os que olham mais a fundo, as falhas de método saltam logo aos olhos, e mesmo esta parte da obra, à qual evidentemente o autor atribui a máxima importância, acaba por deixá-los insatisfeitos.

Neste ponto, e antes ainda de entrar no âmago da questão, é oportuno abrir um parêntese breve. Vimos com quanta "suficiência" e desdém Levillier trata o seu predecessor imediato, Magnaghi, e como não deixa passar nenhuma ocasião de atribuir-lhe alguma "rotunda inexactitud" (II, 92), ou escassez de "sentido crítico"; não pode, portanto, deixar de surpreender que êle evite recordá-lo quando se lhe torna cômodo captar — das mesmas obras que êle despreza — conclusões, idéias e indicações, que depois insere nos seus volumes, com o "rotundo" aprazimento de quem, por fim, conseguiu encontrar alguma coisa louvável e original. No caso que aqui nos interessa, por exemplo, tanto "el bloque de trasposiciones", isto é, o grupo de topônimos transferido, segundo Levillier, de Cananor para Cananéia, quanto a identificação do Rio Jordan com o Rio da Prata — que são as próprias bases da reconstrução de Levillier — pertencem, queira ou não queira, ao nosso Magnaghi (37), embora neste último um e outro sirvam para outro fim diferente.

Pôsto isto, deve-se em primeiro lugar observar como a cronologia e a avaliação crítica dos únicos documentos postos em confronto estão, elas também, muito longe de ter em conta os argumentos que não se adequam às conclusões de Levillier, que demonstra, por via de regra, ignorá-los, quando não prefere julgá-los inteiramente indignos de consideração. Limitar-nos-emos a alguns exemplos, dos mais significativos.

A passagem do primeiro para o segundo "período" é caracterizada pelo mapa anônimo, conhecido por Kuntsmann III, atribuído por Levillier a 1515, e considerado como obra do maiorquino Salvat de Pilestrina. Mal se torna necessário dizer que se trata de um mapa muito notável, mais vêzes reproduzido, e a respeito do qual existe uma copiosa bibliografia, e do qual — especialmente quando se enuncia alguma opinião nova e discordante — não é permitido a ninguém prescindir. Pois bem, quanto à sua atribuição

(37). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — A. Vespucci cit. 197, "o cartógrafo de 1523 conservou todos os nomes do mapa de Canério, mas com o fito de introduzir os nomes entre Cananéia e C. S. Maria de bon deseo corrigiu, transportando-as ao N., as latitudes dos lugares ao N. de Cananéia, mas conservou, além do nome a latitude e o traçado do Rio Jordan, que êle considerava como sendo o Prata". Todas as novidades de Levillier se reduzem a ter aplicado esta observação ao mapa Maggiolo 1519, que Magnaghi conhecia muito bem, mas ao qual preferiu o mapa torinês de 1523, convicto de que êste, e não aquêle, se mostrava mais adequado a um modelo oficial.

a Pilestrina, esta foi há pouco demonstrada errônea, como fundada sobre uma circunstância meramente externa (38); quanto à data, tudo o que se tira do texto de Levillier é que se torna necessário reportá-la a 1515, só porque, na toponímia sul-americana do mapa, aparecem os quatro nomes Cananéia, Cabo Santo Agostinho, Cabo Frio e Cabo das Ostras, que não apareceriam nos mapas que o próprio Levillier atribui ao período de 1502-1516, ao passo que se encontrariam em outros mapas que êle atribui ao período de 1515-1518 (39).

Veremos mais adiante tudo quanto concerne aos quatro topônimos; todavia, não podemos eximir-nos de pôr em relêvo que dos 13 mapas utilizados por Levillier para o período de quinze anos, entre 1502 e 1516, apenas seis são derivados de cartas náuticas (os outros 7 são edições de Tolomeo), e dêles um só é datado (40); enquanto dos quatro reunidos para o período de 1515-1518 nenhum

(38). — Kunstmann III faz parte de um massô de quatro mapas, conservados na Bayerische Armeebibliothek (designação Ad. 31, 1-4), dos quais o único que não é anônimo é o primeiro, que traz o nome de Salvat. de Pilestrina e a data de 1511. Isto induziu o Bibliotecário e alguns estudiosos — entre êles o próprio Kunstmann — a crer que os mapas fôsem de um só autor, ou pelo menos proviessem da mesma escola; mas já desde 1891, HAMY (E. T.). — *L'oeuvre géographique des Reinel et la découverte des Moluques*, in "Bull. de géogr. Histor. et descriptive" 1891, 117-49 (re-impreso in "Etudes historiques et géographiques", Paris, 1896 (146-77) havia esclarecido (pp. 121 e seg.) que a atribuição a Pilestrina dos mapas anônimos por êle estudados (ns. 3 e 4), não se podia de fato sustentar. É verdade que Hamy declara não conhecêr o desenho reproduzido (em parte) por Kunstmann na taboa III (isto é, o pergaminho que traz a designação 31, 2), mas dêste mapa RUGE (W.). — *Älteres Kartographische Material in deutschen Bibliotheken*, (V); in "Nachr. d. k. Gesell. d. Wissens. zu Göttingen", phil-hist Klasse 1911, 1, 44-5, afirma explicitamente que sua atribuição a Pilestrina não pode ser sustentada. O mesmo autor fez depois notar que no desenho e na toponímia é visível o traço de duas mãos diferentes; circunstância que deveria bastar, por si só, para sugerir aquêles que depois trataram dêste mapa uma prudência maior nas suas conclusões. Para STEVENSON (E. L.). — *Marine world chart of Nicolo de Canerio Juannensis*, Nova York, 1908, pp. 84 e seg., o mapa é apresentado como de Pilestrina, ao passo que NORDENSKJOLD (A. E.). — *Périplus*, Estocolmo, 1897, 150, bem como HARRISSE (H.). — *The discovery of North America*, Paris - Londres, 1900, 425, o tinham definido como lusitano-catalão. Como quer que seja, toda dúvida deveria agora desaparecer, depois da persuasiva argumentação de WINTER (H.). — *On the Real and Pseudo-Pilestrina Maps and other early Portuguese Maps in Munich*, in "Imago Mundi", IV (1948), 25-27.

(39). — Releva-se que as datas até aqui propostas pelos estudiosos para o Kustmann III oscilam entre 1503 e 1506; e dos argumentos aduzidos — sobre os quais não podemos deter-nos, por amor à brevidade — tira-se a convicção de que, em todo caso, não é permitido ir além do ano de 1506.

Como nunca tive sob os olhos o original do mapa, prefiro não formular hipóteses quanto à data da sua composição; todavia, uma circunstância é agora evidente, e é que a argumentação adotada por Levillier não se sustenta. Veremos, de fato, mais adiante, que os quatro topônimos postos em causa por êle eram conhecidos em Portugal pelo menos, uma dezena de anos antes de 1515.

(40). — Cfr. LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, II, 50. Derivam de cartas náuticas Hamy, Kunstmann II, Oliveriana, Caveri, Cantino e Piri Reys; só êste último tem data.

traz data, e um só, ao que parece, o nome do autor (41). Isto basta. Do primeiro grupo apenas 5 podem ser tomados em consideração no sentido desejado por Levillier; dos restantes, nenhum traz topônimos com exceção do de Piri Reis, que na realidade, para o problema que nos interessa aqui, de nada serve.

Mas há melhor. Dos quatro topônimos de Kuntsmann III, postos em evidência por Levillier, nenhum exige uma explicação que, por assim dizer, exclua a Vespucci. Pelo contrário — ao passo que todos devem ou podem ser insertos na sua grande segunda viagem, nem um sequer há para o qual seja necessário apelar para viagens sucessivas.

(41). — Cfr. LEVILLIER (R.). — op. cit., II, 81. Os quatro mapas são Kuntsmann III, F. Rodrigues, L. da Vinci e J. Reinell. Do primeiro já falamos. O segundo consiste do traçado de uma costa entre 6° e 27° de latitude austral, atrás do qual estão desenhadas três bandeiras portuguesas, mas que não tem inscrito nenhum topônimo. O códice ao qual está anexo esse mapa é o mesmo de que Santarém tirou as reproduções compreendidas sob o nome de Francisco Rodrigues no seu monumental Atlas (1849). CORTESÃO (A.). — *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues*, in "Hakluyt Society" segunda série, LXXXIX e XC, Londres 1944, conseguiu achar de novo, em Paris (Bibliothèque de la Chambre des Députés), o texto do livro de Rodrigues, a que estão anexos os mapas, dos quais Santarém não havia indicado a procedência. O 4.º destes mapas, correspondente à reprodução n.º 8 de Santarém, é o que Levillier aqui utiliza e reproduz (II, 59). Nota-se que, ao princípio, o espaço de costa que ali é representado acreditava-se pertencer à África ocidental, mas não há dúvida, e para logo Cortesão o pôs em relêvo, que se trata do litoral brasileiro. E como tanto o texto quanto os mapas de Rodrigues têm, evidentemente, por finalidade apresentar os resultados das suas viagens à Indonésia, a inserção do um mapa como o que nos interessa, não completo, poderia indicar que o desenhista lhe atribuía uma importância secundária, ou então que não tinha elementos para completá-lo; em todo caso, a inserção se explica só pelo desejo, ou pela necessidade, de representar outro dos territórios pertencentes a Portugal. Não se vê, pois, a utilidade de um mapa desta espécie para a tese de Levillier. E tudo isto sem ter em conta a data do próprio mapa, que Levillier fixa, não se sabe porque, em 1514, ao passo que Cortesão a julga de 1513, mais ou menos (op. cit. I, XCV). Na realidade, o contorno da costa não postula como tal, necessariamente, nenhuma contribuição posterior à segunda viagem de Vespucci: a sua evidente perfeição técnica poderia apenas mostrar, quando muito, quanto os padrões superavam, sob este aspecto, as cópias de que somos obrigados a servir-nos hoje.

Quanto ao terceiro mapa, também reproduzido por Levillier (II, 60), é sabido que a sua atribuição a Leonardo é contestada (mesmo que Baratta a julgue legítima), e sua data é, ademais, conjectural. É arbitrário fixar essa data em 1515, como o próprio Levillier admite. O confronto com o globo de Schöner de 1515, mostra mais diferenças do que analogias; não se vê, por exemplo, porque a data do mapa atribuído a Leonardo não possa ser alguns anos mais antiga. Em todo caso, não há nenhum elemento do qual se possa deduzir que entre Schöner, o globo verde de Paris e este desenho, decorram apenas alguns meses (Lev. II, 61).

Resta o planisfério atribuído a Jorge Reinell, com a data de 1518 (Lev. II, 67 e seg.), isto é, o pergaminho conservado na Bayerische Armeebibliothek de Munique, sob a designação Ad. 31. 3, e conhecido como Kuntsmann IV. É impossível, numa simples nota como esta, discorrer sobre ele como o caso mereceria; limitar-nos-emos a pôr em destaque o fato de que as razões pelas quais Levillier atribui esse mapa a Reinell não são especificadas, e que são de fato insuficientes os motivos sobre os quais estabelece a data. Entre os documentos de arquivo mais notáveis deste período está a carta expedida por Sebastião Álvares, agente do Rei de Portugal em Sevilha, ao seu soberano, em 18 de julho de 1519; carta de que, NAVARRETE (M. F.). — *Colectión de los viajes y descubrimientos*, etc. Madrid, 1837, IV, 155, deu pela primeira vez um extrato. Nesta carta Álvares disse ter visto as

O Cabo de Santo Agostinho está fora de causa; a êle arribou Vespucci no dia 28 de agosto de 1501 (nos mapas do tempo são-lhe applicados também os nomes de Cabo da Consolação, Rostro Hermoso, ou Cabo Fermoso) e foi o primeiro a assinalar-lhe exactamente a latitude (42).

Molucas indicadas (Asentada) sôbre uma esfera e um mapa (una poma e carta) pela mão de Jorge Reinel. O desenho não estava terminado, quando Pedro veio encontrar o filho Jorge em Sevilha, mas depois o pai terminou o trabalho e colocou no seu lugar as Molucas (e seu *pay acabou tudo, e pos estas terras de Maluco*). Pois bem: Levillier se limita a afirmar — sem sombra de prova! — que o mapa em questão é exactamente Kunstmann IV, pretendendo, ainda por cima, que êste, terminado no meado de 1519, deve remontar ao ano anterior; conclusão — assevera sempre Levillier — invalidada pelo fato de que a toponímia de Kunstmann IX se revela mais simples (*mucho mas escueta*) do que a do mapa Maggiolo de 1519.

De tal modo, a hipótese relativa ao binómio Cananor-Cananéia apoia-se na data de 1518 do mapa atribuído a Reinel, que é puramente conjectural; mas esta hipótese apoia-se na conjectura de que o próprio mapa seja devido a um dos Reinel, e esta conjectura, por sua vez, sôbre a hipótese de que Kunstmann IV seja de fato o documento mencionado na carta de Alvares. Isto ainda não é nada: nenhuma de tais conjecturas resiste a um primeiro controle crítico. Para que o mapa de que fala a carta de Alvares devesse necessariamente identificar-se com um dos que chegaram até nós, seria necessário, como primeira e preliminar condição, que fôsse o único, daquele período de tempo, a apresentar as características mencionadas naquela carta, ou seja a inserção das Molucas e a possibilidade de reconhecer no seu desenho o trabalho das duas mãos de Jorge e Pedro Reinel. No entanto, de mapas portugueses da primeira metade do século XVI, em que figurem as Molucas, temos mais de um (por que não pensar, por exemplo, naqueles reproduzidos por Denucé, que, note-se, nem sequer tenta attribuir Kunstmann IV aos Reinel), e portanto é evidente que Kunstmann IV é exactamente o menos idôneo, pelo seu caráter de "carte de luxe, telle qu'on se peut figurer une oeuvre destinée à quelque personnage princier", como o define com justeza Hamy (E. T.) — *op. cit.*, 172, para ser identificado com um daqueles *padrões* que os Reinel compunham, e de modo especial com o de que fala a carta de Alvares.

Aliás, a attribuição do mapa a um dos Reinel não tem maior fundamento: um confronto com os únicos dois pergaminhos autenticados com sua assinatura, que até nós chegaram, conduz a uma perentória negativa, e sômente a notória mania nacionalista dos portugueses pode explicar a facilidade com que CORTESÃO (A.) — *op. cit.*, I, 272-8, apanhou êste anônimo para inseri-lo na produção dos Reinel.

Enfim, pelo que concerne à data do mapa de que fala Alvares, o texto da carta induz a crer que seja mais aproximada de 1519 que de 1518, sendo claro que a viagem de Pedro Reinel a Sevilha, de que se fala, devia ser um acontecimento recente, quando Alvares escrevia. Seria estranho, de fato, pensar que êle advertisse o seu soberano com seis meses de atraso! Se, pois, a proposta data de 1518 quisesse referir-se àquela parte do *padrão* onde os acréscimos de Pedro não tinham sido necessários — como provavelmente devia ser para a costa sul-americana — nem neste caso a data que Levillier fixa se pode dizer assentada: é mais que sabido que Magalhães levou consigo, ao passar por Espanha em 1517, um *padrão* de Reinel, que, portanto, devia remontar pelo menos àquêl ano (esta é a razão, embora pouco convincente, pela qual alguns estudiosos acreditaram dever fixar o ano de 1517 como a data do mapa anônimo que êles attribuem aos Reinel).

Quisemos deter-nos um momento nestes particulares, para que o leitor possa fazer uma idéia dos cânones de método de Livillier, sempre pronto para acusar os outros de não possuírem o "sentido crítico" necessário.

- (42). — Sabemos, pelo cronista espanhol Gomara, que Vespucci, enviado em 1501 pelo Rei d. Manuel, com três caravelas, para procurar na costa sul-americana uma passagem para as Molucas, tocou o Cabo de Santo Agostinho e lhe deu esse nome; cfr. GOMARA (Lopez de). — *La História general de las Indias*. Antuérpia, 1554, fl. 113. Isto deveria bastar. Mas como alguns fizeram reservas quanto à aceitabilidade d'êste que é um dos mais conscienciosos historiôgrafos do Novo Mundo, podemos confirmar largamente a notícia. Na *junta* de 1515 relativa à retificação da linha de demarcação, Sebastião Caboto e Giovanni Ves-

Quanto ao Cabo Frio, não se vê porque razão Vespucci, que o dobrou nos últimos dias de dezembro de 1501, não poderia ter-lhe dado este nome; e menos que nunca se vê porque razão seja preciso pensar em qualquer das expedições, mais ou menos clandestinas, nem porque evocar os indícios esparsos, incertos e incoerentes das fontes coevas. O Cabo Frio era então, como o de Santo Agostinho, um dos pontos de referência que serviam aos navegantes ao longo da costa brasileira, e também por isto deve parecer inteiramente natural que os elementos relativos à sua identificação tenham sido fornecidos antes por Vespucci, cuja empresa é atestada por numerosas e irrefragáveis provas documentárias, do que por uma expedição (se é que a houve) de caráter duvidoso, da qual tão pouco se conhece, e se conhecia mesmo durante o século XVI, que muitos duvidam da sua realidade; e não sem razão, não obstante tudo quanto se escreveu a respeito dela (43). Veremos, mais

pucci (sobrinho de Amerigo), sustentaram que o Cabo de Santo Agostinho estava a 8º de lat. S., contra Andrea de Morales, que erroneamente o colocava a 16º. Aquêles se apoiavam em dados da viagem de Amerigo, e, se isto não bastasse, Nuño Garcia de Toreno, considerado pelos espanhóis como um dos seus melhores pilotos, declarou, na quella ocasião, que o próprio Amerigo o havia autorizado, na sua qualidade de piloto mayor, a assinalar o Cabo de Santo Agostinho a 8º de latitude S., acrescentando, para fortalecer a sua asserção, que havia construído mapas em casa do Florentino; cfr. o documento em NAVARETE (M. F.) — op. cit., 17 e seg.; do mesmo autor, A. Vespucci cit. 193, n.º Z, onde se menciona a pretensão, que se mostrou insustentável, de que o Cabo de Santo Agostinho tenha sido descoberto em 1500 por Gaspar de Lemos. De qualquer modo, todavia, sempre se trataria de um descobrimento anterior às viagens clandestinas ou semi-clandestinas às quais se refere Levillier; mas, como veremos mais adiante, há um última e decisiva prova de que o Cabo de Santo Agostinho foi não só descoberto, mas também batizado por Vespucci.

- (43). — É esta a expedição que Levillier, aceitando a reconstrução que dela fez F. ESTEVEZ PEREIRA. — O Descobrimento do rio da Prata (in "História da colonização portuguesa do Brasil", Porto, 1921, II) afirma ter sido organizada por Cristobal de Haro e Nuño Manuel, e comandada por João de Lisboa; expedição que corresponderia à que se menciona na muito discutida *Copia der Newen Zeitung aus Presllig Landt*. Não são indicadas as razões pelas quais se propõe essa identificação; mas devem parecer a Levillier tão pouco perentórias, que é levado a escrever textualmente: "a pesar de muchos conceptos difíciles de interpretar, por no hallar la manera de ajustarlos a la realidad geográfica, tenemos por posible (o cursivo é do autor!) que Nuño Manuel y Juan de Lisboa guiaron esa empresa" (II, 66). Julgamo-nos por isso dispensados de examinar o argumento, que aliás nos conduziria muito longe, contentando-nos com remeter o leitor às graves objeções mencionadas por MAGNAGHI (A.) — A. Vespucci cit. 186-7 (em nota), onde, entre outras coisas, se mostra que as objeções valem para todas as demais interpretações até agora propostas pela *Copia*. Enquanto se espera que estas objeções sejam removidas, é mais razoável manter um prudente ceticismo quanto a esta equivocada escritura, cujo conteúdo documentário, por outro lado, é tão escasso que, mesmo que se pudesse demonstrar a sua autenticidade, não justificaria, em verdade, o interesse que tem despertado.

CORTESAO (A.). — op. cit., I, 248, publicou um documento inédito conservado no Arquivo geral das Índias, em Sevilha, relativo às intermináveis discussões que se arrastavam entre as duas Corças ibéricas, a propósito dos territórios recém-descobertos na América meridional e das expedições que os respectivos governos para ali dirigiam. Trata-se de uma carta que o Rei d. João III dirige ao seu embaixador em Espanha, Álvaro Mendes de Vasconcelos, para que notifique ao Imperador Carlos V o ponto de vista português sobre o descobrimento do Rio da Prata, para o qual se estava preparando em Lisboa o envio da expedição de Martin Afonso de Souza, a qual, efetivamente, zarpou em dezembro de 1530. O Rei insiste para que Vasconcelos faça saber

adiante, que exatamente por via de um notório texto português contemporâneo se tem a absoluta certeza de que ambos os topônimos em questão, o Cabo de Santo Agostinho e o Cabo Frio, pertencem a Vespucci.

Considerações não dessemelhantes podem ser feitas para o insignificante Rio das Ostras, cuja denominação é inteiramente gratuito atribuir antes a um do que a outro navegante, e portanto necessariamente a um navegante que não seja Vespucci, porquanto sua localização nos leva pouco ao N. do Cabo Frio, onde o florentino foi o primeiro a passar.

Demais — seja dito entre parênteses — e pensando bem, nada nos autoriza a supor que os poucos mapas que até nós chegaram contenham sempre tôda a nomenclatura imposta pelos descobridores. Os nomes que se lêem no périplo de uma região, no intervalo entre duas expedições, das quais se tem certeza histórica, que foram as únicas, num determinado espaço de tempo, a explorar aquela região, não podem derivar, é claro, senão da primeira das duas expedições. Mas quando não há esta certeza, a atribui-

ao "emperador seu irmão" que "a primeira gente sua que descobriu este Rio foy huia armada de dom Nuno Manuel... que o dito dom Nuno fez por mandado del Rey seu padre"; e isto como resposta às pretensões espanholas de que "hñu Soly's vasalo do emperador seu irmão avia muito tempo que o descobrira." Em verdade, diz sempre o documento, sobre a época em que teve lugar a expedição de Manuel não se têm informações precisas "por serem as pessoas que o descobrirã muy espalhadas", e também "muyta morta e outra fora destes Reynos"; razão por que não foi dada antes de agora resposta aos protestos do Imperador. Mas no futuro se farão indagações mais precisas e se verá então a quem pertence a precedência da descoberta. Por enquanto mande também o Imperador as notícias que puder sobre a expedição de Solis, para que a controvérsia seja resolvida antes da partida de Martin Afonso de Souza, e, de todos os modos, mesmo se depois, sempre em harmonia com a justiça e as boas relações que ligam os dois soberanos. A carta não está datada (ao que parece) mas não há dúvida de que tenha sido escrita pelos fins de 1530, pouco antes da partida de Martin Afonso de Souza de Lisboa: é um documento mui característico do tempo e do ambiente em que foi escrito. Deve parecer ingênuo que os dois governos declarassem que não possuíam dados exatos sobre expedições marítimas que eles mesmos haviam organizado, guiado, subvencionado, autorizado ou protegido; e por fim está bem patente o intuito dilatatório do Rei d. João, que não podia ignorar os resultados das viagens de Solis (1515-1516).

De qualquer modo, sem entrar por ora nas muitas questões que a análise do documento poderia levantar, não podemos eximir-nos, no entanto, de constatar: 1.º, que seria contrário a todo correto cânõn de crítica histórica aceitar como circunstâncias verdadeiras tudo quanto a carta declara. Ao contrário, cada asserção que dela se intente tirar deve ser submetida a um exame atento: quem escreveu a carta tinha em mente coisa mui diversa do que dizer a verdade, e o que lhe importava era apenas achar o meio de rebater a tese contrária; 2.º, que nada está menos provado, exatamente por isso, sobre a expedição de Nuño Manuel. Solis havia atingido o Frata em 1515-1516 e desde então o grande estuário estava indicado nos mapas espanhóis com o nome dêle. Urgia aos portugueses contrapor-lhe uma expedição anterior, e eis que se saem, agora (isto é, em 1529-1530), à distância de quinze anos) com uma empresa que deve ser anterior a 1515-1516 (e por isso os críticos a colocam em 1513-1514, mas o documento não fala dela, de fato, antes assevera que nada se pode determinar com precisão a seu respeito), e da qual é preciso dar algum testemunho aos espanhóis. Mas em Lisboa, diz-se, não se acham mais os rastros dos membros da expedição: todos mortos, ou longe (e são passados apenas três lustros!), pelo que se faz necessária "toda diligencia possível pera lhe (ao imperador) responder com certeza"; de qualquer mo-

ção não se torna, não diremos perentória, mas provável, senão com a condição que provas de outro gênero a tornem tal (em nosso caso, mais freqüente, a coincidência do calendário). Nenhuma dessas provas pode ser invocada por Levillier. O único motivo que, no caso em questão, deveria induzir-nos a atribuir êstes quatro nomes, como êle pretende, à misteriosa expedição que êle afirma ter sido conduzida em 1513-1514 por Nuño Manuel e João de Lisboa, é que o grupo dos primeiros mapas post-vespuccianos do período de 1502 a 1516 não os registra, ao passo que os registra o grupo dos mapas que o próprio Levillier presume posteriores a 1515. Mas, sendo, na realidade, todos os mapas dêste segundo grupo, a começar do Kunstmann III, anônimos e sem data, falta a primeira condição necessária para que o raciocínio seja válido. Mesmo que tal condição fôsse satisfeita, faltaria ainda demonstrar que os mapas em exame tenham todos igual valor documentário, pois é pacífico que outro pêso seja atribuído a um *padrão*, como, por exemplo, os que trazem a assinatura de Reinel ou de Ribero, e outro a simples cópia, como as que estão em causa, tiradas não se sabe quando, nem onde, nem por quem.

São cânones muitíssimo Lapalissianos; todavia, lendo a obra de Levillier, é que se percebe, mais do que nunca, como são êles, com tanta freqüência e facilidade, postos de lado.

Fechado o parêntese, resta-nos tratar no topônimo Cananéia, sôbre o qual se apoia, em substância, tôda a reconstrução tentada por Levillier. Entretanto, exatamente por êste motivo, era não só oportuno, mais indispensável, que a origem do topônimo fôsse esclarecida com provas seguras, isto é, com dados documentais fora do campo cartográfico. Do contrário cai-se num círculo vicioso: a data do Kunstmann III se afirma pela existência dêsse nome, e a

do assegura-se que "toda diligencia se fará para se saber o próprio tempo em que pela dita armada este Rio foy descoberto"; 3.º, A carta não está isolada, mas faz parte de uma correspondência da qual se conhecem outros elementos (Lev. II, 163 e seg.): os intuitos da política portuguesa são claros. Apenas partida de Lisboa, em dezembro de 1530, a expedição de Martin Afonso de Souza, de Manuel ninguém mais se ocupa; 4.º, que nenhuma conclusão é lícito tirar da carta, no que respeita a Vespucci, a não ser talvez esta: que sua expedição não teve caráter oficial, ou, melhor ainda, que o governo português tinha bons motivos para não tornar públicos os verdadeiros resultados, dado que o Florentino havia ultrapassado, e muito, os limites da *raya*; 5.º, de qualquer modo, se há algum ingênuo disposto a tomar ao pé da letra a carta do Rei d. João, e a crer que na verdade nada se conhecia, em Lisboa, em 1529-1530, acerca de uma expedição enviada oficialmente pelo governo português pouco tempo antes, e destinada a sustentar as reivindicações portuguesas numa zona de explorações das mais vitais para os interesses portugueses, êsse alguém não terá mais o direito de pretender que esteja documentada por fontes portuguesas a expedição de 1501-1502, realizada por Vespucci, por conta de Portugal.

Quer queiram, quer não, há o bastante, parece-nos, para exigir maior prudência no pôr em causa, em matéria de cartografia, a pretensa expedição Nuño Manuel - Cristobal de Haro - Juan de Lisboa (*quot nomina!*), de que fala Levillier. Este, aliás, que antes a deu como possível, não se peja de afirmar, depois, como *seguro*, que exatamente dela provenha um certo número de topônimos, dos quais nenhum, na verdade, absoluta e categoricamente nenhum, pode ser invocado em relação com essa expedição.

data do nome, por sua vez, se afirma pela data do Kunstmann III. Mas é fato que não há nenhum elemento, fora da tradição vespucciana, que dê razão da existência de tal nome, e afirmar, como Levillier não hesita em afirmar (44), que ele foi dado pela expedição de Nuño Manuel e João de Lisboa, da qual falamos, é tão válido quanto afirmar que, em vez, êsse nome foi imposto por Vespucci ou por Solis. Com esta diferença: pondo em causa a Vespucci, tôda a evolução da antiga cartografia náutica sul-americana encontra um ordenamento muito mais persuasivo, e de acôrdo com os dados documentais de que dispomos.

Até que outros argumentos diferentes dos de que faz uso Levillier nos convençam do contrário, devemos admitir que Cananor e Cananéia sejam variantes de um único nome, com o qual os portugueses quiseram indicar originalmente não já o extremo ponto austral atingido por Vespucci, na sua segunda viagem, mas o limite que a esta devia ser fixado, oficialmente, nos mapas, de maneira que não se conhecesse o que havia sido de fato descoberto além desse limite, nem aparecesse, como ultrapassada a *raya* (45). Pois que as duas grafias são mais ou menos contemporâneas, e as latitudes que lhe são apostas, mesmo variando, não aparecem *ab origine* nem bem fixadas, nem bem distintas, não se vê a razão pela qual se possa admitir uma tese, cujo primeiro e indispensável pressuposto é aquê — gratuito e errôneo — de que a forma Cananéia deva ser atribuída a uma expedição diversa, e mais de dez anos posterior à de Vespucci.

A explicação mais plausível até agora dada ao nome Cananor, é a de Varnhagen, que nele julga reconhecer qualquer nome indígena adotado pelo navegador florentino. Nada de extraordinário,

(44). — Cfr. LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, II, 66 e 311.

(45). — "Devemos ter presente, de fato, que a linha de demarcação passava exatamente na entrada do estuário do Prata, à cêrca de 35° S. (cfr. o mapa de Diego Ribero de 1529). Esta longitude, é verdade, foi determinada definitivamente mais tarde que o tempo em questão, mas sempre na base das 370 léguas a O. das Ilhas de Cabo Verde, e na época de Vespucci, em seguida ao Tratado de Tordesillas. Assim explicamos o porquê de os mapas contemporâneos de origem portuguesa não irem além de Cananéia: Vespucci devia muito bem ter colhido elementos sobre a costa bastante mais ao S., mas os portugueses tinham interesse em fazer figurar um limite mais setentrional, pois não desejavam que se soubesse que, prosseguindo a costa a S.O., estendia-se uma terra firme a O., que podia ser reivindicada pela Espanha"; cfr. MAGNAGHI (A.). — *op. cit.*, 189.

Explicação é esta, que não pode deixar de parecer lógica e natural, mas que, todavia, não persuadiu a Levillier. Segundo este autor, de fato, as mais antigas cartas a contradiriam, como as que estenderiam a linha da costa e a toponímia além de 35° S., isto é, além da *raya*. A êste propósito é bom lembrar que Levillier pressupõe — de outra forma a sua ênfase não teria sentido — que todos os mapas se referem a um valor determinado da *raya*, que ele julga poder estabelecer com dados matemáticos; e que, análogamente, a latitude da costa sul-americana se pode fixar tendo em conta a da oposta costa africana (Cabo da Boa Esperança, aos 35° S.).

No entanto, é ponto pacífico que a toponímia, nos cinco mapas relacionados pelo próprio Levillier (Hamy, Kunstmann II, Oliveriana, Caveri e Cantino; e poderíamos acrescentar em todos os derivados impressos coevos) se detém em Cananor (cfr. Lev. II, 49 a "nomenclatura de los cinco principales mapas"), e, quanto ao desenho, os pequenos trechos de litoral que continuam para o S., além de Cananor,

em todo caso — e a hipótese só pode parecer razoável — que em seguida, mas certamente antes de 1505-1506, um copista desconhecido transformasse o topônimo em Cananéia, buscando assim dar-lhe um significado, pois Cananor não tinha nenhum sentido (46). O fato de que depois se encontrem, nos mapas posteriores, os dois nomes ao mesmo tempo e com localização diferente, exige, pois, uma explicação diversa daquela que custou a Levillier tanta tinta.

Naturalmente não é o caso de esboçar aqui um novo delineamento da evolução por que passou a primitiva cartografia sul-americana. Por ora, devemos dar-nos por satisfeitos de haver demonstrado que Levillier está em caminho errado. Não será possível encontrar a estrada certa sem empregar ainda muito trabalho, e sobretudo se em primeiro lugar não se fizer uma coleta sistemática, e criticamente ordenada, de todo o material toponímico que nos foi conservado pela já agora copiosa bagagem documentária de que dispomos. Enquanto se não corresponder a esta exigência basilar, é inútil esperar que a mais antiga cartografia possa ser-nos de auxílio para preencher as lacunas que ainda obscurecem a historiografia da época dos grandes descobrimentos. Mais importante ainda, porém, é que, na procura daquele caminho, se abandone o desconcertante empirismo de que dão prova muitos escritores. Entre outros, deveria parecer ingênuo crer que o desenvolvimento desta cartografia tenha seguido uma linha racional, se bem que os produtos mais recentes sejam necessariamente os melhores, segundo

sem nomenclatura, têm bem escassa importância, não representando certamente todo o percurso feito por Vespucci na sua segunda viagem. Nada se pode objetar, portanto, à exatidão da afirmação de Magnaghi, que põe em evidência que a detenção do périplo e da nomenclatura em Cananor (ou Cananéia) é intencional.

Quanto à *raya*, não deveria ser preciso dizer que de nada serve determinar o valor absoluto, em termos modernos, de uma longitude teórica, como o foi, de início, a da *raya*, seja porque ninguém conhecia, então, de modo concreto, tal valor, seja porque, mesmo concedendo que se quisesse fixá-lo, não teria sido possível, em razão das dificuldades de toda espécie que se interpunham. MAGNAGHI (A.). — *Il planisfero del 1523 cit. 29 e seg.*, nos deu desta e das questões que se relacionam com a definição da *raya*, a mais aguda e persuasiva discussão, e Levillier teria feito muito melhor se nela meditasse, nem que fosse pelo seu interesse metódico. Se o houvesse feito, ter-se-ia poupado as longas, fatigantes e vãs tentativas de resolver um problema mal colocado, em torno do qual mal gastou páginas e desenhos.

Resta a outra ilusão, a de poder determinar a latitude dos pontos assinalados nas cartas náuticas pelo confronto dos diversos trechos do périplo. Ilusão: realmente, quem garante que os cartógrafos, todos os cartógrafos, houvessem pôsto o Cabó da Boa Esperança na mesma latitude de 35° S.? Pacheco, só para citar um exemplo, calcula-a em 34° 30' (ed. cit. 15), e é absolutamente supérfluo repetir que de piloto a piloto, e de cartógrafo a cartógrafo, os valores de posições assinaladas mesmo a localidades conhecidas podem variar, e variam de fato, dentro de limites extensíssimos. Tudo isto, sem considerar que a maior parte do material cartográfico vindo até nós não representa modelos, mas derivados e cópias destes, ao passo que é de se presumir que tanto os modelos, quanto os apógrifos, nos dêem muitas vezes não já aquilo que se conhecia, mas aquilo que nos queriam dar a conhecer.

De análogo defeito de visão histórica procede a outra falha fundamental revelada por Levillier no estudo dos mapas: ele julga licito interpretar o traçado deles simplesmente pelo confronto com os mapas modernos. Em alguns casos não se envergonha, evidentemente, de sobrepôr uns aos outros!

(46). — Cfr. MAGNAGHI (A.). — A. Vespucci, cit. 195.

continua a dizer-se ou a subentender-se pelos mais. Ao contrário, êsse desenvolvimento se realizou — como aliás, por via de regra aconteceu então e em outros tempos — entre sucessivas adaptações e contaminações, tanto mais que, dadas as condições da época, deve-se excluir que os cartógrafos tivessem sempre conhecimento, e conhecimento exato, de tudo quanto tinha sido desenhado antes dêles; êste é um pressuposto que também vicia todo o tratado de Levillier.

Quanto ao problema específico que aqui nos interessa, não é improvável que, uma vez corrompido *cananor* em *cananêia*, se tenham feito, de um só, dois topônimos diferentes, dos quais o primeiro foi impellido mais para o S., na posição fixada por Vespucci, e o outro deslocado para o N. outro tanto. Mais do que isto, não julgo lícito afirmar, por agora.

De qualquer modo, os 4 topônimos que Levillier julga característicos de uma etapa da cartografia sul-americana fora da influência de Vespucci, reentram, pelo contrário, com pleno direito, na esfera dessa influência; e isso resulta de uma prova tão perentória, que tôda a artificiosa construção por êle imaginada desaba, como um castelo de cartas ao primeiro sôpro de uma criança. É de fato evidente que, desde que seja possível documentar que um só daqueles topônimos apareceu antes de 1513-1514, isto é, da data assinalada para a hipotética expedição Nuño Manuel - Cristobal de Haro - Juan de Lisboa, o não menos hipotético *terminus ad quem* que Levillier quis fixar para o Kunstmann III torna-se insustentável, e os quatro topônimos que já figuram naquele mapa, devem ser relegados a um período de tempo anterior pelo menos ao documento que os registra. Quisemos mencionar em último lugar, êste pequeno problema de cronologia, para que o leitor tenha uma idéia concreta do "sentido crítico" pôsto em ação por Levillier.

Entre os textos que êste autor não pode deixar de tomar em consideração, para legitimar a sua tese, está também o notório *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco; dêste texto, do qual se perdeu o original, não nos restam senão cópias de data incerta (47). O 7.º capítulo do I livro desta obra contém uma lista de localidades cuja latitude está calculada; a última parte da lista, que começa com a Angra de São Roque (3º 30') e termina com a Ilha de São Lourenço, abrange a costa atlântica austral sul-americana e dá lugar tanto ao Cabo de Santo Agostinho (8º 15') como ao Cabo Frio (25º) (48). Quando foi escrito o *Esmeraldo*? Qua-

(47). — Temos sob os olhos a ed. feita em 1892 por AZEVEDO BASTO (R. E.). — *Esmeraldo de situ orbis*, Lisboa, que é a primeira em ordem cronológica; uma segunda edição foi publicada, ainda em Lisboa, sob a direção de A. EPIFÂNIO DA SILVA DIAS, em 1905.

(48). — Cfr. ed. cit., 11-b. A parte da lista que aqui interessa (p. 16), contém 18 nomes; os primeiros 15 dispostos em ordem crescente de latitude, do Cabo de São Roque à Ilha de Santo Amaro (28º 30'); ainda hoje no

se todos estão agora de acôrdo em atribuí-lo ao quadriênio 1505-1508; Jaime Cortesão, que estudou a fundo o problema e propôs esta data, precisa ainda que os primeiros quinze capitulos (e portanto aquêlê que nos interessa) foram escritos lá pelo fim de 1505 (49). Levillier opina que é preciso descer com o *terminus ad quem* até o ano de 1518, isto por três razões: 1.ª, uma chamada histórica precisa, contida no fim do capitulo 14 do I livro; 2.ª, a presença, na lista agora relembada, do Cabo Frio, "nombre que no se descubre en ningun mapa primitivo, ni documento o crônica, hasta aparecer en el *Libro de Marinharia* de Juan de Lisboa del 1514 (50)"; 3.ª, os dados referidos por Pacheco sôbre o comércio das especiarias, das drogas, das pérolas e das pedras preciosas ao tempo do Rei d. Manuel (1495-1521), dados que não quadrariam em 1508, mas que deveriam referir-se pelo menos a 1513 (51).

No entanto, podemos eliminar a *priori* as duas últimas razões, por inadequadas ao escopo do autor. A presença do Cabo Frio na lista das latitudes só se tornaria probatória, de fato, quando se pudesse demonstrar que Kunstmann III é posterior à 1513-1514, mas exatamente isto é que está por demonstrar, e Levillier ilude-se, julgando tê-lo demonstrado com a existência, nos mapas, dos quatro topônimos acima examinados: círculo vicioso já denunciado. Quanto à última razão, bastará ler atentamente o passo alegado por Levillier para perceber não só o valor genérico do testemunho, mas o fato de que Pacheco alude com ela não já especificamente às

Estado de Santa Catarina); os três últimos são a Ilha dasemçam (21º), a Angra fermosa (15º) e a Ilha de Sam Lourenço (4º).

O estudo desta toponímia devia ter chamado a atenção de Levillier pelas suas relações com Vespucci, mas êle nem sequer a ela se refere.

- (49). — Cfr. CORTESÃO (A.). — *op. cit.*, II, 106. Como veremos, o texto do *Esmeraldo* remonta explicitamente, pelo menos em dois passos diversos, ao ano de 1505. Pacheco certamente realizou mais de uma viagem à África e à Índia antes desta data, e sabe-se que voltou a Lisboa no dia 22 de julho de 1505. Encontrámo-lo depois de novo empenhado fora de Portugal em 1509, 1511, e entre 1519 e 1522. Morreu em 1533. Dir-se-ia, pois, que o período 1505-1508 foi para êle o mais propício para escrever seu livro.

Quanto ao valor desse livro, não nos sentimos inclinados a compartilhar os acessos de entusiasmo dos seus compatriotas, que dêle fazem, como é sabido, um precursor de Cabral; cfr. a êste propósito, a cerrada refutação de MAGNAGHI (A.). — *op. cit.*, 175-8, em nota, e o meu artigo *Di Lopo Homem ce ne fu, dunque, uno solo!* in "Riv. Geogr. Ital." XXXI (1932), 146-8.

- (50). — Cfr. LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, I, 200.
(51). — Cfr. LEVILLIER (R.). — *op. cit.*, I, 201. O passo de Pacheco citado por Levillier está à pág. 100-1 da edição que temos sob os olhos, e diz: "...som os mouros destroydos e sua frota que honde de suas mãos os venezianos haviam ha especiaria e outras cousas com que habastuem europa Africa e parte da Asia agora nenhuuma cousa teem nem podem haner: saluo este bemaumentado principe que alcem de muita honrra perpetua fama que com muitas vitorias na conquista de tantas prouinsias tem adquirida as suas naaos e frota lhe trazem cada anno a estes Reynos trinta e quarenta mil quintaes de especiaria e drogaria e muitas perlas e pedras preziosas com outras cousas de grande riqueza com o que o orbe he habastado, etc."

É de notar que estas palavras se lêem no capitulo 3 do livro IV, que não foi terminado, ou que assim aparece nos dois mss. conhecidos do *Esmeraldo*.

Molucas — nem sequer nomeadas (52) — mas globalmente a todo o comércio português. Os números de que fala Levillier são, portanto, referíveis com inteira legitimidade mesmo a um período anterior a 1513-1514.

Resta a chamada histórica sobre a qual Levillier se julga autorizado a fixar o *terminus ad quem* de todo o *Esmeraldo*, mas também neste caso quem se reportar diretamente ao passo em questão — que Levillier, sem que saibamos porque, evita citar (53) — achará facilmente o fio da meada.

Diz textualmente Pacheco: “et todos estos quatro lugares.s.. Cepta, alcaçre, Tanger, e arzila son destes Reynos de Portugal, e de sua Coroa Real porque vay ora em noventa annos que Cepta foy tomad por forsa darmas aos mouros por el Rey Don Joham ho primeiro deste nome de gloriosa memoria vosso visavão; et os outros tres por el Rey Dom Afonso ho quinto voso tyo de quarenta e sete annos para ca pello mesmo modo tambem por forsa darmas aos mouros os tomou, etc. etc. (54). Comenta Levillier — e vale a pena transcrever textualmente: — “La fecha extrema (*do Esmeraldo*) no ha sido bien fijada y el hecho tiene su valor pues atañe a la antigüedad de los nombres de lugares situados en el Brasil, al sur del Ecuador, indicados por el autor en su lista. Es probable que la mayor parte de la obra sea de 1505 (asi resulta del espacio de tiempo transcurrido entre acontecimientos que menciona y la fecha en que escribía); pelo cuando él nos dice que pasaram 47 años desde el sitio de Assila y de Tangér, y sabe que esas ciudades fueron tomadas en 1471, llegamos a 1518, y esa es la fecha máxima del libro” (I, 200).

(52). — Não é o caso de insistir como faz Levillier (I, 201) sobre o fato de que só depois da tomada de Málaca (1511) se tem no Golfo Arábico o triunfo definitivo dos portugueses sobre os árabes.

Quanto ao intenso tráfico do porto de Lisboa a poucos anos de distância da chegada dos portugueses à Índia, seria fácil recolher testemunhos. Contentar-me-ei com trazer aqui um dos menos notórios, mas dos mais significativos. Está contido no Elogio de d. Manuel, Rei de Portugal, de Piero Vaglienti, e reza: “... as especiarias deviam cu soãem ir ao Cairo por via do mar Vermelho; hoje de lá vão a Lisboa, de modo que tiraram ao Sultão, ao ano, uma renda de 500 ou seiscentos mil ducados, e outro tanto aos venezianos, e reduziu todas as coisas no porto de Lisboa seu porto e lugar pertencente a Sua Majestade”; cfr. UZIELLI (G.). — *Paolo del Pozzo Toscanelli e la circumnavegazione d'ell'Africa secondo la testimonianza di un contemporaneo*, Florença, 1891, 14. Pois bem, este testemunho refer-se certamente a um período anterior a 1514, porque Vaglienti morreu ao redor daquele ano, e o códice que o conserva (o já famoso Riccardiano 1910, que contém as cartas autênticas de Vespucci) é autógrafo. Aliás, pode ser igualmente certo que o Elogio deva ter sido escrito pouco depois de 1509, porque Vaglienti, apenas registrada a batalha naval de Diu, daquele ano, na qual foi desbaratada a última tentativa dos egípcios e dos venezianos, que haviam acorrido à defesa do seu ameaçado comércio com a Ásia, prevê que “l nostro Signore, ch'è giusto e non fa le vendette sì presto, è speranza che un dì a' Veniziani darà tal pagamento, che ne se ricorderanno sempre mai”, op. cit., 16.

(53). — O passo, que mais abaixo reproduzo no texto, faz parte do capítulo 14 do I livro, e está à pág. 25 da ed. que está diante de nós.

(54). — D. João I, da estirpe bastarda de Borgonha e Aviz, reinou de 1385 a 1433; d. Afonso V de 1448 a 1481. Pacheco se dirige ao Rei d. Manuel (1495-1521), e por isso o chama sobrinho de d. Afonso.

Mas é simplíssimo realçar que Pacheco faz apenas dois cálculos, e ambos com a evidente intenção de referir-se a um único termo, o ano em que escrevia. Ora, o primeiro cálculo, do qual Levillier evita falar, se refere a Ceuta, que caiu em poder dos portugueses em 1415; acrescentando a isso os 90 anos de que fala Pacheco, chega-se precisamente a 1505. No segundo cálculo entram não duas, mas três localidades diferentes: Alcacre, Tanger e Arzila. É verdade que as duas últimas foram conquistadas por Afonso V em 1471, mas de Alcacre, isto é, de Alcacer Ciguer, os portugueses se apoderaram a 19 de outubro de 1458, como diz expressamente o próprio Pacheco (55). Pois bem: acrescentando a esta data os 47 anos do texto, chega-se da mesma forma a 1505, que é, pois, sem possibilidade de dúvida, a data que deve ser atribuída pelo menos aos primeiros 14 capítulos do I livro, e portanto, a *fortiori*, deve ser a data da lista de latitudes que nos interessa. Nem se diga que Pacheco podia começar a contar os 47 anos, aqui mencionados, a partir de 1471; se assim fôsse, a data que queria mencionar não combinaria mais com a que se obtem pela precedente e inequívoca menção de Ceuta. Se isto não bastasse, uma nova confirmação da data, que diríamos tradicional, atribuída ao *Esmeraldo*, é fornecida por outra passagem do I livro (56), onde Pacheco recorda a conquista de Anafe (Anifee), como tendo ocorrido 38 anos antes, isto é, em 1467-1468 (57).

De tudo isto se deduz que tanto o nome de Cabo Santo Agostinho quanto o de Cabo Frio, eram conhecidos em Portugal pelo menos antes de 1505, o que equivale a dizer que haviam sido resultado da segunda viagem (1501-1502) de Vespucci, depois da qual, até aquela data, não se sabe de nenhuma outra expedição, portuguesa ou espanhola, que tenha tocado as costas meridionais

(55). — "...este virtuoso principe [o Rei d. Afonso V]" escreve Pacheco (ed. cit., 60), "por serviço de Deos passou em pessoa alem do mar em Africa com grande frota e gente onde per forza d'armas tomou aos mouros a villa de alcacer ciguer no anno de nosso senhor de 1458 em desanove dias do mes de outubro e depois no anno de 1471 annos em vinte e quatro dias do mez de Agosto tomou aos mesmos mouros por forza darmas a villa darsila, etc."

O passo demonstra ainda que Pacheco não podia fazer confusão entre as duas datas da tomada de Alcacer Sêguer e de Ceuta.

Alcazar Siger (Al-Kasr al-Saghir, ou "a pequena") é localidade da costa do Estreito de Gibraltar, a meio caminho, mais ou menos, entre Ceuta e Tanger; assim chamada para distingui-la de Alcazar Quivir (Al Kasr al-Kebir, ou "a grande"), onde em 1580 devia achar a norte o Rei d. Sebastião (1557-1578). A grafia *alcacre* é má transcrição, ou leitura errada, de Alcacer, isto é, Al Kasr, que nas cartas náuticas medievais se torna Casser, Casara, Chasar e Gazar; cfr. KRETSCHMER (K.). — *Die Italienischen Portulane des Mittelalters*, Berlim, 1909, 684; G. YVER, *Sub nomcn*, in *Encyclop. de l'Islam*, Leyde — Paris, II (1927), 851-852.

(56). — Notável, porque a ela se reporta expressamente na *Notícia preliminar* (p. x) ante-posta ao *Esmeraldo*, o seu primeiro editor de Azevedo Basto.

(57). — Anafa, Anafe, ou Anfà, corresponde ao árabe *Bar-al-Beda*, chamada Casablanca depois de 1515; nas cartas náuticas medievais é registrada também com os nomes de Nife, Niffa e Nia; cfr. KRETSCHMER (K.). — *op. cit.*, 684, e G. YVER, in *Encycl. de l'Islam*, cit. (I, 1913) sub-Casablanca.

do Brasil. Deduz-se também que não há nenhuma razão para procrastinar até 1515, como o faz Levillier, a data de Kunstmann III, que segundo tôda a verossimilhança, gira, pelo que é licito deduzir da parte que abrangê a América meridional, em tôrno de 1503-1504, como já havia dito mais de um estudioso. Enfim, os quatro topônimos atribuídos por Levillier à hipotética expedição Nuño Manuel - Cristobal de Haro - Juan de Lisboa em 1513-1514, devem ser também relegados a um período anterior a 1505, e não podem, pois, deixar de ser creditados a Vespucci.

Em suma, há aqui uma nova, embora não necessária, confirmação daquilo que antes foi afirmado, acêrca do ilogismo do cânon crítico usado por Levillier como base da sua reconstrução. As cartas náuticas que até nós chegaram não são, por via de regra, senão cópias, mais ou menos tardias, de originais perdidos, que por sua vez podiam não ser, e muitas vêzes não eram, cartas oficiais; mas mesmo quando tiradas de documentos dêste gênero, nem sempre nos dão tudo quanto devia estar nos *padrões*. Antes de tirarmos deduções dessas cartas, relativas a emprêsas das quais nada se conhece, ou quase nada, como no caso da pretensa expedição 1513-1514, é necessário apelar para outras provas. A Cartografia, como qualquer fonte, só se torna aceitável quando sua origem esteja bem esclarecida, ou seja, quando o desênhô, assim como a toponímia, sejam claramente atribuíveis a esta ou àquela expedição, sem possibilidades de erros.

De modo geral, pois, é licito dizer da tentativa de Levillier, que êle não podia, *a priori*, conseguir um resultado seguro. Todo o segundo volume traz os indícios de hesitações críticas fundamentais. Para que a tese de Levillier conseguisse convencer, seria preciso que êle houvesse, antes, estabelecido sôbre bases documentárias sólidas a avaliação que propõe, não raro inovando e corrigindo, à sua maneira, elementos cartográficos isolados; exigência que, ao invés, ficou muitas vêzes insatisfeita, ou sacrificada a idéias preconcebidas, das quais, como vimos, não dá as devidas razões.

O juízo substancialmente elogioso que Levillier formula a respeito de Vespucci (58), e o sincero desêjo que, apesar de tudo, transparece no seu empêño de conservar-se imbuído diante das

(58). — Vale a pena deter-nos, todavia, também neste juízo. Escreve Levillier (I, 112-3): "Alguns historiadores continuam a duvidar da veracidade dos relatos e das viagens de Vespucci. As provas que oferecemos revelam, sem dúvida, a concordância daquelas com as descobertas geográficas e os mapas. Tudo isto conduz a um sentimento profundo de confiança na sua palavra e na sua honorabilidade, e repele a sistemática tendência de certos escritores portugueses e espanhóis para apresentá-lo como ignorante, impostor, jactancioso e fátuo. O prestígio que deriva da probidade demonstrada robustece a segurança de quanto êle declara ter feito e visto, e não há nenhuma razão para duvidar das suas epístolas. Graças à sua cultura humanística, e embora em suas narrações figurem têrmos estrangeiros(!) — o que era, aliás, comum, então, na Itália(?) — escreve com sóbria distinção. Era minucioso (?), fino e mais contemplativo que materialista. Os seus gostos o mostram mais à vontade com o olhar voltado para o céu e

costumeiras deformações nacionalistas, faz que sintamos ainda mais viva a amargura de sermos obrigados a fechar êste exame preliminar da sua obra com um julgamento substancialmente negativo. A conclusão final da sua obra, de que Vespucci tenha atingido em 1502 a latitude 45° S., e deva portanto ser considerado, em lugar de Solis ou de outros, o descobridor não só do Rio da Prata, como também da maior parte da costa oriental da América do Sul, estava já explícita no agora clássico livro do nosso Magnaghi, o qual, em primeiro lugar, lhe dera a comodidade de uma original e adequada documentação crítica. Até certo ponto podemos reconhecer em Levillier o mérito de haver chamado de novo a atenção para problemas que ainda se colocam no campo da antiga cartografia americana; mas sua tentativa de apoiar sobre esta, ou com prevalência sobre esta, uma nova reconstituição das viagens de Vespucci, deve ser tida por fracassada. Não vemos, por isso, razão alguma na declaração do nosso estudioso, de que com a introdução nos livros de texto das escolas da República Argentina das conclusões a que chega Levillier, os italianos "não poderão deixar de

com o astrolábio em mão, que em atitude de compra e venda, ou com os olhos fitos na caixa do dinheiro. En realidad, abandonó la caza de excelentes, por razas estrellas, y tierras nuevas.

Suas qualidades de curiosidade, de simpatia e de decôro, e sua capacidade, deveriam ser notórias fora de Espanha, porque, estando em Sevilha, por duas vezes o Rei de Portugal o mandou buscar para uma nova viagem. Esta honra é por certo irrefutável, porque sem ser convidado, espontaneamente, não teria podido ir. Êste interesse do Rei d. Manuel prova que conhecia as suas expedições anteriores. Dessas procedem os títulos de Vespucci. Suas observações de nauta e de cosmógrafo o tornaram preferido a outros de maior experiência marítima, mas menos idôneos, a juízo do Rei, para a especifica empresa projetada, ou para narrá-la. Isto nos parece que possa explicar o convite para participar do extraordinário cruzeiro que teve por resultado, em 1501-1502, o descobrimento da costa oriental do hemisfério sul, até 47°-48° de latitude... Para aqueles que buscam a verdade na história, e nada senão a verdade, e para quantos que, depois de uma paciente análise das provas oferecidas por testemunhas, crônicas e mapas, reconhecem a participação de Vespucci as viagens que narra, a escolha do Rei revela intuição feliz, fundada numa justa avaliação dos homens do seu tempo".

El pouco adiante (I, 91-3): "O mundo tem estado muito enganado ao julgar Vespucci um especulador intrigante, enquanto o que transparece dos seus escritos é retidão, sinceridade e modéstia; o que dimana dos juízos expressos ou ocasionais dos seus contemporâneos é uma viva estima, e o que as circunstâncias revelam, uma perspectiva de fecunda grandeza. Ele assegurou à humanidade a lembrança de quatro expedições que descobriram e batizaram rios, ilhas, cabos e baías em terras novas, e provavelmente alguns dos mapas que os representam são obra sua. No es rasgo genial, pero en el caso es mucho. Nem sempre os grandes homens foram gênios, porque a Fortuna determina as oportunidades e graças a ela se elevam os predestinados, enquanto outros de maior saber ou de maior talento os contemplam a distância, da planície, sem o esplendor da glória. Vespucci, como Colombo, foi excepcional, não pelo que sabia, nem pelo que fez na terra, mas pelo que as circunstâncias lhe permitiram realizar e levar a bom termo no mar. E a verdade histórica é que cada um deles subiu ao seu próprio cimo, sem prejudicar o outro."

Como se vê, o primeiro dos dois trechos contém um elogio, antes genérico, do caráter (probidade, desinteresse) de Vespucci, acompanhando da acaciana observação de que o convite a êle feito pelo Rei de Portugal devia ser justificado por méritos reais. Mas, enquanto se põe em relêvo a cultura humanística do Florentino, passa-se quase voando sobre sua capacidade técnica, que se reduz a observações de nauta e cosmógrafo. Há, nestas palavras, uma reserva implícita, que

sentir-se satisfeitos" (59). Evidentemente, uma satisfação deste gênero não pode derivar-se senão da certeza de que o caminho seguido por Levillier seja certo; no caso contrário, essa satisfação só se atribui a êsse espírito de mal entendido nacionalismo, que não aproveita nem aos estudos, nem ao interesse da nação. Um reconhecimento dos méritos do grande navegador florentino, apoiado em elementos errôneos, ou lacunosos, ou mesmo insuficientes, só na aparência é preferível às negações dos pseudo-críticos, dos quais está cheia a bibliografia vespucciana. Tanto uns quanto outros estão destinados a cair diante das conclusões de uma crítica ao mesmo tempo objetiva e sagaz, a única cujos resultados podem finalmente satisfazer os estudiosos. De modo análogo, os italianos ago-

se torna clara no segundo trecho: aqui a grandeza de Vespucci, como a de Colombo, é explicitamente resolvida... na Fortuna, pois vem, em última análise, mais das circunstâncias que dos méritos individuais. Ainda mais abertamente revela Levillier seu pensamento no longo, mas inconcludente passo (II, 340-341) com o qual se esforça para opor-se às justas observações feitas por Pohl sobre a preparação científica do Florentino; e o resultado é este, que "el aporte de Vespuccio como cosmógrafo o astrónomo constituye aún un problema espinoso que ha sido tema de largas discusiones, sin que las cartas del florentino contengan materia suficiente para justificar un juicio decisivo, y la incertidumbre predomina, aún entre quienes admiran sus relatos".

Tratar deste problema como conviria é aqui impossível; mas convém notar que com poucas frases genéricas Levillier se ilude de ter feito *tabula rasa* de tudo quanto se escreveu, e não só por Magnaghi, por exemplo, sobre o método de Vespucci para determinação das longitudes; método que consiste em aplicar, para essa determinação, o cálculo da diferença de tempo entre o meridiano local e o meridiano inicial, da conjunção da Lua com Marte. É evidente que o interesse da circunstância não consiste no grau de exatidão atingido por este método (grau de exatidão, aliás, do qual não podemos capacitar-nos, dada a incerteza dos textos que chegaram até nós e que nos dão notícia), quanto na legitimidade e na novidade do método mesmo, e o fato incontrovertível é que foi Vespucci o primeiro a aplicá-lo. Também neste caso, uma leitura atenta do livro de MAGNAGHI (A.), *op. cit.*, 164 e seg., teria servido para esclarecer a Levillier; de todos os modos, basta esta circunstância para colocar o problema da competência específica de Vespucci de maneira muito diferente do que o faz, com característico empirismo, o seu recente exegeta.

Mas, mesmo deixando isto de lado, como julgar o valor de Vespucci, sem pôr em evidência, antes de tudo, o significado que sua obra assume na história dos descobrimentos geográficos, mesmo que não fôsse senão pela intuição, que foi êle o primeiro a ter e a expressar, da existência de um novo mundo, contra as opiniões que prevaleciam no seu tempo, e a importância de que se revestem as duas expedições por êle conduzidas, seja em si e por si mesmas (um conjunto de costas exploradas por primeira vez, como nenhum navegador do mundo havia sido capaz de explorar até então), seja, ainda mais, pela preparação da empresa de Magalhães? Tudo isto sem dizer da influência absolutamente decisiva exercida por Vespucci no desenvolvimento da cartografia contemporânea, da qual foi "não somente inspirador, mas reformador, criador de um tipo de mapa que devia oferecer uma nova visão do mundo, e assinalar, pela vez primeira, as linhas gerais aproximadamente exatas da distribuição das terras e das águas no globo", MAGNAGHI (A.). — *op. cit.*, 229. Somos constrangidos a realçar, mais uma vez, de quanto proveito teria sido, para Levillier, o estudo do capítulo dedicado por êste autor ao tema agora apontado; capítulo curto (pp. 208-230), mas que por si só vale muito mais do que os dois loquazes volumes de que nos ocupamos.

Em resumo, nada está mais de acordo com o caráter da obra de Levillier que o seu "juízo" sobre o Florentino: um julgamento genericamente retórico e substancialmente errado, em que, ao passo que se acentua aquilo que é acessório, cala-se naquilo que é essencial, ecoando ainda a petulante suficiência dos detratores e o impotente descaminho dos eternos indecisos. Um juízo, em suma, que não podia sair senão da boca de quem não compreendeu a Vespucci.

(59). — Cfr. ALMAGIA' (R.). — *ob. cit.*, 187.

ra só poderão sentir-se satisfeitos, quando as escolas da República Argentina ou de qualquer país derem acolhida a conclusões, contra as quais sejam finalmente impotentes as denegações, os preconceitos e exagerações de campanário.

Considerado no seu conjunto, o ensaio de Levillier nos deixa não só insatisfeitos, mas também perplexos: como em tôdas as obras dêsse gênero, deve dizer-se que nem tudo é inútil, e experimenta-se um sincero desapontamento ao ver que o pouco de bom que aqui e ali desponta, seja sacrificado numa construção destituída de bases. Exatamente como os dois braços de uma tesoura, lustrosos e brilhantes, mas incapazes de fechar-se na charneira e de... cortar!

Apraz-me dizer que o autor conseguiu chegar ao fim de uma empresa de largo fôlego, e que nela pôs todo o seu empêño. Isso é inegável. O próprio material ilustrativo, copioso e até superabundante, é mais uma prova disso (60). Mas para que a empresa pudesse ser bem sucedida, seria necessária outra preparação específica no campo da história da geografia, outro hábito de apanhar o verdadeiro sentido dos documentos, outra capacidade de assimilar e avaliar a contribuição de escritores que o precederam, outra firmeza de vistas metódicas, e sobretudo outra agudeza congenial. O tom oratório e enfático, asseverativo e perentório, do seu frasar, trai, por si só, um temperamento avêso à crítica e insusceptível de domínio; a fantasia, excitada, não conhece sempre os limites de uma refletida e prudente coerência, na sua reconstrução. Não nos subtrairmos, em suma, ao ler êstes dois orgulhosos volumes, à impressão de que Levillier se limita, quase sempre, a um exame externo e superficial daquilo que maneja, e se contenta, com cômoda pressa, com teses cujos elementos negativos não avalia suficientemente. Talvez êstas desarmonias provenham, em última análise, do desequilíbrio bem evidente entre a pouca conta em que êle tem os seus predecessores e a excessiva confiança em suas próprias forças. Mas, acima de tudo, prejudicou-o a incompreensão demonstrada para com o imponente trabalho realizado pelo nosso Magnaghi. Dêste trabalho, a maior parte lhe escapou de todo, ou não recebeu dêle a consideração que merecia, mais por *parti pris* que por convicção. Não hesitamos em dizer que, se Levillier se houvesse aproximado, com ânimo diferente, ao que sôbre Vespucci deixou escrito nosso saudoso estudioso, não teria deixado de sen-

(60). — Tem sido justamente observado, cfr. ALMAGIA' (R.). — *op. cit.*, 182, que as reproduções dos mapas apensos aos dois volumes nem sempre satisfazem. Ainda mais importante é realçar que teria aproveitado muito mais aos nossos estudos o poder dispor, mapa por mapa, em boa ordem, tôda a toponímia relativa ao litoral sul-americano, e achá-la depois colocada em quadros comparativos muito mais numerosos e completos do que os que nos dá Levillier. Até que esta exigência seja atendida, não será possível ver claramente o desenvolvimento da mais antiga cartografia do Novo Mundo.

tir a sua salutar influência e, em todo caso, mesmo sustentando opiniões diferentes e mesmo opostas, teria sabido manter a sua exposição e documentação num tom de elevada objetividade e de aliciente positividade.

Da tentativa de Levillier — como de muitas outras, em todos os tempos — é fácil prever que uma justa avaliação será retardada por apressadas ou interessadas apologias. Mas sua sorte está traçada: elas representam, em resumo, um passo para trás, e não um para adiante, na solução do problema vespucciano, e a própria atitude errada servirá, definitivamente, para levar de novo este problema na única direção criticamente fecunda.

Prof. Dr. GIUSEPPE CARACI

Da Universidade de Roma.